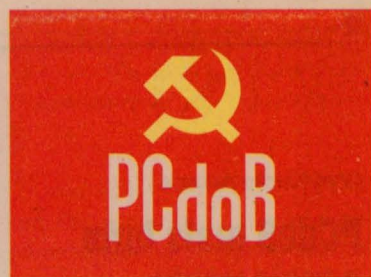


A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS

ANO 78 — Nº 226 — ESPECIAL — 4 de julho de 2003 — R\$ 1,70

ESPECIAL

PCdoB mais forte e mais unido com a 9ª Conferência

RENATO RABELO*

Com uma vitória retumbante, chegou ao final a 9ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil. A resolução “Um novo tempo para o Partido — buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista” foi aprovada por unanimidade, após mais de dois meses de ricos e criativos debates que envolveram mais de 24 mil militantes. Um debate vigoroso. Em comparação com a 8ª Conferência, realizada em 1995, e mesmo com o 10º Congresso, concluído em dezembro de 2001, hoje o Partido tem outro porte. Sua influência política aumentou. A resolução aprovada é a expressão da força e do pensamento do coletivo partidário. É uma base política fundamental para a orientação do Partido nesta nova quadra que vive: desvenda a nova realidade e define a tática geral. Ao longo dos trabalhos e discussões, foram apresentadas propostas, idéias, emendas com rigor e ponto a ponto. Uma metodologia de construção coletiva que envolve ciência e arte. Um processo que constituiu uma grande conquista do nosso Partido. Em nosso país, não existe outra organização com esse nível de elaboração coletiva.

Nesta plenária final, estão presentes vários dos mais importantes quadros políticos do Partido — e nem todos conseguiram, por questão de tempo, falar na tribuna, dando contribuição ainda maior para os trabalhos. O nosso coletivo constitui a riqueza do nosso Partido, um conjunto de quadros a serviço de uma política avançada. Reflete, igualmente, a variedade de matizes do nosso povo e do nosso grande país. Com sua camaradagem própria, carinho, franqueza, abertura e atuação, constitui o nosso maior capital. É o partido concreto.

O debate realizado nesta 9ª Conferência abordou questões fundamentais de nossa atuação e perspectiva e se preocupou com o desenvolvimento e aplicação da atuação partidária. O documento aprovado é uma base política fundamental para orientar o Partido na nova situação. O processo desenvolvido de ouvir o coletivo e aprofundar a compreensão da realidade brasileira e atualizar a linha política aprofunda a democracia interna do nosso Partido.

Vejo, nesta plenária, o Brasil na minha frente. Camaradas de todas as regiões do país travaram um debate criativo e conseqüente, levantando questões importantes. Preocupam-se com a identidade do Partido. Qual a razão de ser do Partido Comunista? O fundamento da nossa base teórica é o marxismo, que desvenda o capitalismo e define um novo pensamento, filosófico, econômico, para uma nova sociedade. O Partido Comunista é o partido da revolução proletária, com a missão de tornar realidade a nova sociedade, socialista. O PCdoB é a expressão da linha marxista nas condições de hoje no Brasil, sintetizado na expressão de um partido moderno do socialismo renovado — este tem sido o nosso esforço, principalmente, desde o 8º Congresso do Partido, em 1992. Ao longo de sua vida, a contribuição do camarada João Amazonas ao nosso Partido foi sempre no rumo de colocá-lo no curso dos acontecimentos políticos, desenvolvendo a teoria revolucionária no sentido do grande ideal do comunismo.

Após mais de 150 anos da publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, após 132 anos da Comuna de Paris — grande ensaio da revolução proletária — e 120 anos da morte de Marx, onde nos encontramos? Mais de um século se passou, e ainda estamos em plena vigência do capitalismo. Evidentemente que é um sistema numa tendência histórica declinante, porém seu domínio é planetário. As primeiras experiências socialistas, de quase todo um século, produtos de gloriosas jornadas e conquistas do proletariado, não aconteceram segundo as previsões de Karl Marx. As experiências de construção da nova sociedade, no século XX, sofreram derrotas de envergadura, com o fim da União Soviética e dos países socialistas e tiveram que realizar flexões estratégicas e



Renato Rabelo: “pela vitória do governo Lula na condução das mudanças”

táticas importantes no seu caminho, para não retroceder nos seus objetivos maiores.

A superação de uma formação político-econômica-social por outra, nova, é um processo prolongado, tortuoso, cheio de caprichos, ziguezagues, variáveis, inconstâncias. É a luta de classes concreta. Na Rússia soviética, a experiência mais importante de tentativa de construção do socialismo, a vida demonstrou que o empreendimento da transformação revolucionária da sociedade era muito mais complexo e prolongado do que se pensava. Como disse João Amazonas, sofremos uma derrota estratégica, que tem no fim da União Soviética o seu signo histórico.

Essa derrota estratégica impôs uma nova realidade, que estamos vivendo. Para sustentar a perspectiva e continuar a luta, tivemos que flexionar objetivos, estabelecer compromissos, rever princípios para não perder a rota de nossos propósitos maiores. Os partidos comunistas fora do poder tiveram que reafirmar sua identidade mas, ao mesmo tempo, pôr em execução mudanças significativas para se colocar a altura da realidade presente. Esse movimento de contemporaneidade está em curso e consiste na construção da estratégia e tática revolucionária e na atualização da fisionomia dos partidos comunistas, visando o alcance de um novo tempo da luta pelo socialismo. Nesta situação, o principismo nos isola, nos tira do curso real dos aconteci-

mentos. Por outro lado, não podemos nos caracterizar, perder a marca essencial comunista, que é nossa razão de ser.

No Brasil, a viragem política, com a vitória de Lula para a Presidência da República e a transição em curso, se faz em meio a essa realidade contemporânea, de defensiva estratégica das forças revolucionárias, vinculada às particularidades do nosso processo político, onde novas forças políticas e sociais participam do governo central. A resolução aprovada nesta Conferência busca situar a singularidade deste momento: transição “branda”, marcada por mudanças gradativas, conduzida pelo governo que vive a dualidade entre a continuidade e a mudança; o país está sujeito a fortes restrições internas e externas, ainda sob vigência do acordo com o Fundo Monetário Internacional — o terceiro assinado nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

Nestas condições, Lula assumiu com o desafio de recompor as condições de governabilidade, num quadro de ameaça de crise institucional e de insolvência do país. Devemos ter isto presente, pois, diante do quadro de forças dado, o governo foi levado a manter a política econômica conservadora e buscar de forma persistente a formação de nova maioria política. Ao mesmo tempo, o governo Lula tem que ter definição clara do novo modelo a seguir, criando condições e reunindo forças para a implantação da nova estratégia de desenvolvimento nacional. É necessário, assim, construir o consenso e a mobilização em torno de proposta alternativa ao neoliberalismo. Este é o desafio: ter nitidez do caminho a seguir, que pode ser prolongado. Nosso Partido tem de assumir seu papel de força avançada, contribuindo para o êxito dessa contenda que estriba o caminho da mudança. O ritmo da construção econômica, na transição, não

tem sintonia automática com o ritmo da transição política. Vivemos, então, à situação em que o velho ainda persiste e o novo não consegue vingar, especialmente na área econômica. Isso pode ser observado em vários momentos históricos de transição, inclusive de outros países, como a África do Sul e a atual situação da Venezuela.

Nos países dependentes, diante da situação mundial de extensa internacionalização do capital e de predomínio de uma ordem mundial unipolar, de centralização econômica nos países capitalistas centrais, o papel da luta nacional ganha centralidade. Os países ditos periféricos perderam sua autonomia para gerir suas economias, sujeitos às políticas ultraliberais, muitos deles submetidos a condicionalidades impostas pelo FMI e Banco Mundial. A luta pela soberania, vinculada à luta pela democracia e justiça social, pode adquirir grande expressão, unindo em torno dela a maioria da nação. O governo Lula, neste aspecto, tem tido atuação de destaque na integração da América do Sul, no reforço do Mercosul e na busca de parcerias internacionais estratégicas para alcançar o desenvolvimento soberano.

Em meio ao conjunto de discussões desta Conferência, surgiram também opiniões diversas a respeito da relação do Partido com o governo e o povo, considerando-se que “o nosso compromisso principal é com o povo”. Segundo a concepção comunista, podemos afirmar que o nosso compromisso básico é com o programa do partido e sua linha política. A fuga do programa partidário pode levar para o espontaneísmo e o programa deixar de ser o norte na ligação com o povo. Na sociedade capitalista, objetivamente, as massas estão sujeitas à ideologia burguesa dominante, que penetra em todos os poros de sua existência. Deste modo, é natural que as idéias da classe dominante prevaleçam, levando muitas vezes, na prática, à aceitação, por grandes contingentes populares, das políticas conservadoras. Em suma, a Resolução

Continua na página 2

*presidente do PCdoB, intervenção de intervenção da Comissão Nacional do Partido Comunista do Brasil, Brasília, 29 de junho

Continuação da capa

PCdoB mais forte e mais unido...

Política da 9ª Conferência situa corretamente que o vínculo político na relação do Partido com o governo e com o povo tem um terreno firme: o programa partidário. Porém, para aplicação imediata do Programa do Partido de transição ao socialismo, é preciso reunir condições, acumular forças políticas e organizativas, que consistem hoje em um meio que nos aproxima dos objetivos programáticos – a vitória do governo Lula na condução das mudanças. Por isso, é por meio de um programa frentista, no caso, agora, o programa de governo, que o Partido pode se aproximar de seus objetivos estratégicos, programáticos, e se vincular com o povo no nível em que a batalha política está situada.

No que se refere às reformas pretendidas pelo governo, temos que nos orientar no sentido de aproximá-las dos objetivos de defesa da soberania nacional, da democratização do país, dos direitos do desenvolvimento. Na Reforma da Previdência apresentada pelo governo, já em curso no Congresso Nacional, o Partido fez propostas de mudança ao projeto original, oferecendo seis emendas, tendo em vista a construção de posições comuns junto a base do governo. Não se trata, portanto, de marcar posição, porque dessa maneira nada se mudaria na proposta do governo. Outrossim, trata-se de procurar reunir condições para um desfecho negociado entre governo, sua base política e as organizações dos trabalhadores.

Por fim, ficou ressaltado nesta Conferência que a unidade do Partido é fundamental para o êxito dos nossos objetivos. Para garantir e fortalecer essa unidade, devemos aprimorar a democracia interna e reforçar o papel do coletivo partidário. Sem unidade, o Partido é débil. Estamos empenhados numa maior atividade e responsabilidade de direção permanente da Comissão Política do Comitê Central e de elevar a participação do Comitê Central no processo decisório. Devemos tratar o Partido como a menina dos olhos, incentivando o debate de idéias, a formação, a propaganda, o crescimento partidário e a contribuição militante. Nosso risco maior é não capitalizar o grande potencial que temos, com o PCdoB forte e unido. Seguindo a orientação aprovada na 9ª Conferência e envidando esforços na sua justa aplicação, podemos participar de forma protagonista na construção de um grande projeto para o nosso país.

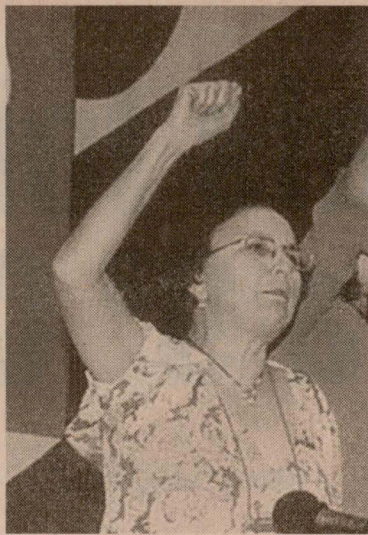
O Partido Comunista do Brasil está chamado a ter papel ainda mais destacado na vida política nacional, e o faremos! O Partido sai mais unido e em melhores condições para enfrentar os grandes desafios que se nos apresentam.

Viva o PCdoB!

HOMENAGEM

Amazonas, ideólogo comunista

JÔ MORAES*



Alton de Freitas

Jô Moraes, vice-presidente do PCdoB

Consta da tradição brasileira que as tribos indígenas encontradas pelos ocupantes europeus que aqui chegaram, no século XVI, tinham o costume de reverenciar seus membros mais velhos com deferência especial. Nas condições precárias de desenvolvimento humano, eles representavam o conhecimento acumulado de como enfrentar a sobrevivência da espécie.

Não fossem os comunistas brasileiros herdeiros dessa tradição, motivos outros teriam para, nessa 9ª Conferência Nacional, registrar, a destacada contribuição para a emancipação humana de um de seus membros cuja materialidade se desfez em 27 de maio de 2002: o camarada João Amazonas.

Estivesse ele, ainda entre nós, dificilmente esse registro estaria sendo feito. “Sempre avesso à celebração de sua pessoa, quando aplaudido transferia as homenagens que recebia ao conjunto de seus companheiros e companheiras, a seu Partido”, conforme lembra a nota do secretário do Comitê Central, na passagem de um ano de seu falecimento.

Em todas as 27 unidades da federação, milhares de brasileiros e brasileiras que participaram das assembleias de base, seções municipais e estaduais desta 9ª Conferência Nacional, de diferentes formas, tentaram apreender a contribuição desse que foi, ao longo da existência do Partido Comunista do Brasil, um destacado instrumento síntese da reflexão coletiva dos comunistas brasileiros.

João Amazonas, operário parense que iniciou sua militância partidária trocando seu único repouso semanal – a tarde do domingo – por um comício da Aliança Nacional Libertadora, em abril de 1935, foi gerado e criado no ventre fértil da resistência de sua classe e de sua gente. Fez-se presente na luta pela liberdade e pelo progresso do país na contradição de sua aparência frágil e no gigantismo de sua determinação pessoal. Afirmou a dimensão de sua humanidade no simbolismo de suas cinzas espalhadas numa região de ameaçadas florestas e de incontroláveis rios.

Um rico aprendizado oferece a trajetória desse militante que apostou sua vida na construção do principal instrumento da transformação social – o partido revolucionário. Um homem de idéias, um político determinado, ousado, inabalável no enfrentamento dos obstáculos que surgiam diante das definições táticas e estratégicas do seu Partido.

Como teórico, apresentou-se

nas foi um político que se antecipeu aos acontecimentos. Interveio em diferentes momentos críticos da vida do país. A cada situação buscava levar o Partido a compreender qual o centro da tática, o que mobilizava o povo, como não se deixar isolar, como atrair aliados a partir da correlação de forças e da idéia de que a tática serve ao projeto estratégico de caráter revolucionário do seu Partido.

Após o duro período de repressão do Estado Novo, sai dele com a percepção de que as condições impostas pelo nazifacismo exigiam dos comunistas uma atitude ampla. “Agimos com muita habilidade, assumimos a Liga da Defesa Nacional, uma instituição histórica que existia ali na Lapa, envolvendo o nosso pessoal e simpatizantes das Forças Armadas”, declara em depoimento à Revista *Princípios*.

Tem uma participação destacada, nos processos de redemocratização do país, tanto como deputado constituinte da Assembleia de 1946, como em 1986, enquanto coordenador da bancada constituinte do PCdoB. Neste último processo, praticamente mudou-se para Brasília para acompanhar diretamente o debate, formulando idéias, articulando apoios na compreensão de que o arcabouço jurídico a ser conquistado deveria expressar os ventos democratizantes soprados pela luta do seu povo.

Percebe, no final da década de 70, que o regime ditatorial se exauria e insistia, segundo depoimento de Renato Rabelo, que na ocasião compartilhava o exílio em Paris, “que a gente ia voltar para o Brasil e ele achava que a hora era aquela”. O Partido se prepara para a nova fase com a 7ª Conferência Nacional.

Defendeu, junto ao ex-presidente Tancredo Neves, a importância de usar o instrumento do Colégio Eleitoral para por um fim à ditadura militar, logo após a derrota da memorável campanha das Diretas-Já. Compreendendo a ameaça que representava o modelo neoliberal, hegemônico no mundo, e os limites políticos das elites brasileiras defendeu a construção de uma ampla frente política liderada pela esquerda que deu seus primeiros passos na campanha de Lula Presidente, em 1989. Lamentavelmente, partiu alguns meses antes de poder presenciar na alegria das ruas sua tese que se tornou vitoriosa 13 anos depois, nas eleições de 2002.

João Amazonas era, também, um dirigente atento às mudanças que ocorriam no interior da resistência de sua classe e de sua gente. Participou ativamente da formula-

ção do documento que marcou a viragem da organização sindical com a criação da Corrente Sindical Classista, no interior da Central Única dos Trabalhadores. Defendeu a nova política que o Partido traçou para o seu trabalho junto à juventude – a criação da União da Juventude Socialista, expressão das novas condições existentes na sociedade brasileira. E foi o mais importante impulsor da construção do feminismo emancipacionista, dedicando, através de incontáveis reuniões com as comunistas que atuavam nessa frente a desenvolver uma proposta do feminismo socialista adequado às condições do Brasil.

Como construtor de partido, João Amazonas deixou suas pegadas nas ruas e nos campos desse imenso território pátrio. Ele é o dirigente que mais esteve presente nos momentos decisivos da luta do PCdoB pela sua existência ideológica e organizativa. Sempre determinado a defender os princípios do socialismo e da revolução interveio em todos os momentos em que estes princípios estiveram ameaçados. Começou essa trajetória escapando da prisão, em Belém, após a derrota da Aliança Nacional Libertadora, atravessando o rio Tocantins, juntamente com Pomar, unindo-se a outros camaradas para rearticular o Partido em várias regiões do país. Passou por Anápolis, foi para Minas, ali rearticulou o trabalho por dois anos. Contribuiu para a Conferência de Mantiqueira, visitando os Estados do Sul, especialmente o Rio Grande do Sul e o Paraná. Na 5ª. Conferência, em 1962, participa do acontecimento histórico da reorganização do Partido cujo registro se faz na *Carta dos Cem* (Em Defesa do Partido) No 8º. Congresso, em 1992, quando a perplexidade atingia as fileiras comunistas do mundo, foi capaz de apresentar um corajoso informe em que fazia avaliação crítica e autocrítica daquela que foi a mais ousada experiência humana de por fim à exploração do homem pelo homem.

Nas duras condições da resistência à ditadura militar, integrou-se e entregou-se à mais bela trajetória de combate pela liberdade construída pelos comunistas em meio ao povo pobre e às florestas brasileiras da região do Araguaia.

João Amazonas, assim como seu Partido, representam o anseio de mudança de um tempo da gente brasileira. Ele e seu Partido assumiram, na plenitude, a opção consciente da necessidade da ruptura com 500 anos de expropriação de uma pátria em construção. Essa trajetória herdada e compartilhada pelos comunistas brasileiros é o arcabouço onde se erguem as estruturas da sociedade socialista do futuro. Por isso, João Amazonas está entre nós.

*vice-presidente do PCdoB, presidente do PCdoB/MG e deputada estadual. Intervenção especial na 9ª Conferência Nacional do PCdoB, 26 de junho de 2003

DOCUMENTO

Um novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista

*Resolução Política da 9ª Conferência Nacional do PCdoB,
aprovada em 29 de junho de 2003*

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição para a Presidência da República abre um novo ciclo histórico e político no Brasil — não se tratando de uma simples alternância de governo. Esse desfecho parte de causas objetivas e subjetivas. Na última década, agravou-se sobremodo o impasse histórico brasileiro, em razão da aplicação do projeto de molde ultraliberalizante e desnacionalizante, intensificando o movimento de ampliação do endividamento externo. O efeito cumulativo de ciclos de dependência cada vez mais profundos e de extrema concentração de renda gerou a crise atual manifestada pela contradição entre duas tendências: uma definida pelo anseio de soberania nacional, desenvolvimento econômico e progresso social, respaldada em crescente aspiração democrática e popular e, outra, definida pelo projeto neoliberal, consumado pelo pacto de setores da classe dominante tradicional que se submetem às imposições do sistema de poder do império hegemônico e dos círculos financeiros centrais. A campanha eleitoral do ano passado exprimiu-se pela luta entre essas duas tendências, consagrando uma ampla vitória da oposição desde o primeiro turno. Tal êxito foi concretizado por uma frente política liderada por Lula — forma de manifestação da primeira tendência —, com mais de 60% dos votos válidos no último turno das eleições. Confirmaram-se, assim, as análises feitas pelo 10º Congresso do Partido, em dezembro de 2001. Agora, o Brasil passa a viver uma nova fase política, surgindo pela primeira vez em sua história a possibilidade da consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, de cunho progressista, dirigido por novas forças políticas e sociais, democráticas e populares.

A dimensão da vitória vai além dos marcos do plano nacional porque impôs um revés político sobre a atual agenda programada pelo imperialismo hegemônico e a oligarquia financeira para a América do Sul, ensejando, assim, a abertura de uma via alternativa à fórmula única dominante da neoliberalização capitalista em um grande país.

A realidade mundial contemporânea — sua complexidade e a busca de alternativas. O cenário mundial marcado pela intensificação da internacionalização econômica, sob a égide da liberalização financeira, aguçou como nunca a lógica de aumento da centralização da riqueza e do agigantamento do capital fictício, especulativo, rebaixando acentuadamente o investimento na esfera produtiva. Esse padrão moderno de reprodução do capital, surgido em meados da década de 70, vem demonstrando que o modo de produção capitalista vigente há mais de três séculos atravessa, em sua evolução, uma etapa descendente, caracterizada por uma crise que vai se tornando crônica, de tensão permanente, atingindo o sistema de forma integral. A presente tendência recessiva nos países capitalistas centrais provoca desemprego crônico e massivo e elevado endividamento de governos, de empresas, da população. Isso, em grande medida, decorre do estouro da “bolha” inflada pela hipertrofia dos mercados financeiros. Nos últimos três anos, os investidores perderam 13,9 trilhões de dólares nas principais bolsas do mundo, perda somente comparável ao período da grande crise de 1929-1930. Grandes bancos, e conglomerados empresariais, chegaram à falência ou amargaram prejuízos enormes.

A crise é produto da dimensão do impasse do sistema capitalista atual, manifestação exacerbada das contradições do mundo contemporâneo. A natureza do regime capitalista-imperialista não mudou sua essência. Para esse sistema, a saída da crise estrutural, historicamente e em última instância, tem sido a exacerbação da sua política de força, a provocação de focos de tensão e até a deflagração da guerra. Desde o 11 de Setembro de 2001, o imperialismo norte-americano encontrou pretexto, na luta contra o terrorismo, para impor seu intento guerreiro, diante da grave crise, ameaçando a soberania, a democracia, a paz e o próprio destino da humanidade. Ele já definiu seu plano de guerra global e “infinita”, que se iniciou no Afeganistão — hoje ocupa o Iraque e persegue seu alvo de ataque, localizado naquilo que denomina “eixo do mal”. Os Estados Unidos assumiram uma crescente ação unilateral avocando para si a condição de poder hegemônico no mundo e tentam chantagear a ONU, impondo os seus desígnios. A despesa orçamentária desse país para este ano destina 399,1 bilhões de dólares (17,9% dos gastos totais) ao crescimento do arsenal bélico; o maior percentual orçamentário comparado ao de qualquer outro período da sua história.

É preciso considerar que o grau de irracionalidade a que chegou a política externa do imperialismo norte-americano implica grande ameaça ao próprio processo de civilização alcançado pela humanidade. A decisão de guerra da superpotência norte-americana, a invasão e ocupação do Iraque desencadearam no mundo amplos e massivos movimentos pela paz, contra a guerra imperialista; e a sua intensificação guerreira exacerba antigas contradições, acentua a divisão no campo imperialista e provoca novos antagonismos. A luta pela paz, contra a guerra, na atualidade tem um sentido antiimperialista e revolucionário, adquire uma dimensão nova por sua extensão mundial, contribui para o desmascaramento dos verdadeiros intentos do império norte-americano, abrindo passagem para um acúmulo mais favorável à mudança do atual quadro internacional de forças. As grandes manifestações no mundo contra a guerra ao Iraque, em 15 de fevereiro e 15 de março deste ano, foram consideradas sem precedentes na história da luta pacifista.

Nos marcos da globalização, as políticas ultraliberalizantes provocaram grandes estragos sociais e retrocessos econômicos nos países ditos periféricos, condicionando uma situação de profunda crise estrutural; cavando mais fundo a desigualdade econômica que separa esses países dos de capitalismo avançado. Onde essas políticas foram aplicadas os países pagaram custos altíssimos, ficando à mercê da livre movimentação do capital financeiro; e multiplicaram-se os seus endividamentos, tornando-se mais vulneráveis e empobrecidos e produzindo uma coleção de fracassos, segundo o economista norte-americano Joseph Stiglitz, ex-vice-presidente do Banco Mundial. As crises vêm se sucedendo: primeiro, em 1994 no México; depois, no Sudeste asiático, em 1997; na Rússia, em 1998; no Brasil,

em 1999; na recente catástrofe que atingiu a Argentina, alcançando as economias centrais, com o estouro da “bolha” nos Estados Unidos; e com a atual semiestagnação na Europa e no Japão (onde já dura doze anos), vincando uma tendência recessiva que atingiu a economia mundial.

Ao mesmo tempo, um crescente e amplo movimento contra as políticas neoliberais se estendeu no âmbito internacional e em cada país. O III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, deu uma amostra da dimensão e extensão alcançada por essa resistência anti-neoliberal e antiimperialista em todo o mundo. Os povos da América Latina, continente marcado pelas crises e crescente perplexidade, desencadearam extenso clamor por mudanças, manifestado na América do Sul através de importantes conquistas políticas das forças democráticas, populares e progressistas — com os governos de Chávez, na Venezuela; Lula, no Brasil; Gutierrez, no Equador; assim como com os resultados eleitorais de sentido mudancista na Argentina e no Paraguai e o rápido crescimento eleitoral dessas forças avançadas na Bolívia e no Uruguai; e a elevação da consciência antineoliberal e do movimento de massas na Argentina. Torna-se importante destacar, nesse contexto atual, a luta de Estados nacionais soberanos contra as ingerências imperialistas; o êxito de países asiáticos no retorno à rota do desenvolvimento, que seguiram caminho próprio, renegando o receituário do FMI; e o sucesso que vêm conquistando no desenvolvimento econômico e social os países que mantiveram a perspectiva socialista, principalmente o crescente papel político e econômico desempenhado pela China no mundo. Todos esses fatos e fenômenos positivos indicam que a resistência ao neoliberalismo está entrando em um novo momento de seu desenvolvimento.

Entretanto, no exame do quadro geral, perdura um balanço de forças adverso à mudança do sistema de poder capitalista-imperialista dominante. A crise do socialismo, no final do século passado, e a queda da URSS, em 1991, e o movimento revolucionário na Coreia do Sul, em 1987, provocaram uma derrota estratégica de grande monta para o movimento revolucionário e de libertação dos povos em todo o mundo, que ainda não reúne condições pa-

A crise é produto da dimensão do impasse do sistema capitalista atual

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ra uma ofensiva em busca do êxito atual de novo empreendimento socialista. Hoje, a realidade de grave crise, aprofundada com a política belicista imperialista, cria uma situação propícia ao crescimento da luta dos povos e ao acúmulo de forças de sentido antiimperialista, mas, de modo geral, não inverte a tendência dominante da ordem imperialista atual e de uma situação contra-revolucionária. Mantém a predominância política e ideológica do regime neoliberal, apesar de seus fracassos, obstaculizando uma saída fora dos marcos da sua vigência.

Por outro lado, é importante acentuar que o plano guerreiro de domínio mundial da superpotência norte-americana incitará em maior grau a luta dos interesses geopolíticos contraditórios. Embora imediatamente possa provocar um cenário de sofrimentos para toda humanidade, essa investida hegemônica pode apressar o fracasso da ordem imperialista unipolar atual, abrindo novo passo para as forças progressistas e revolucionárias. Ao mesmo tempo, no cenário do nosso continente sul-americano, o crescimento da resistência, produto da crise estrutural, permitiu em vários países a vitória de governos contrários ao legado neoliberal, abrindo uma nova fase de luta — continuidade ou mudança, ou seja, o desafio governamental de construir a alternativa à vigência neoliberal. A luta pela mudança se estende por todo o continente — apesar do elevado grau de fragmentação e dificuldades de coesão frentista das forças antiimperialistas em muitos países —, empunhando as bandeiras da democracia, soberania e desenvolvimento, trabalho e direitos sociais, integração da América do Sul, contrárias à proposta da Alca apresentada pelos Estados Unidos e, agora, unindo-se à luta mundial pela paz, contra o belicismo imperialista. O movimento político mudancista tem desembocado em eleições realizadas nos limites institucionais vigentes e suas forças dirigentes principais têm caráter democrático radical e nacionalista, influenciadas em maior ou menor grau por uma perspectiva social-democrata.

Essa realidade de paradoxos e contradições no mundo e na América do Sul revela o estágio da batalha política em desenvolvimento, seu alvo e forças motrizes, seus limites e os novos desafios para seu avanço — tendo em vista a construção de uma nova ordem mundial democrática e solidária e de Estados nacionais que superem os regimes atuais de dependência externa, extrema desigualdade e crescente perda de direitos sociais —, abrindo caminho para projetos alternativos ao neoliberalismo. As correntes políticas mais conseqüentes estão diante de um quadro geral de defensiva à consecução do objetivo estratégico transformador, revolucionário, traduzindo-se no âmbito nacional em pesadas restrições políticas, ideológicas e econômicas, internas e externas, ao desenvolvimento econômico e ao progresso social; determinando, diante disso, diferenciado e prolongado processo de acumulação de forças. Hoje, esse processo cumulativo consiste na definição das tarefas políticas de formação de uma frente mundial pela paz, contra a política belicista imperialista; na unidade dos povos e países por sua integração política e econômica contra as injunções hegemônicas do imperialismo; e no desenvolvimento da luta em cada país pelo êxito de um projeto emancipador e democrático.

As novas condições da luta do povo brasileiro. A vitória de Lula emerge desse contexto geral de crise profunda e resistência, que toma sua feição própria na situação específica do impasse brasileiro e das suas contradições, inclusive no seio das classes dominantes. Inaugura uma nova fase de luta do nosso povo, pelo fato de se ter constituído no êxito das forças políticas e sociais, líderes da frente vitoriosa, identificadas com os interesses democráticos, progressistas e populares. Novas forças encontram-se agora diante de um desafio mais complexo e difícil: governar um grande país dando o passo histórico da sua emancipação contemporânea. Ou seja, superar hoje os marcos impostos pelo domínio imperial e pelas exigências predominantes dos círculos financeiros centrais, construindo um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, de base popular.

O novo governo, produto de ampla frente política consumada no 2º turno do último pleito eleitoral, foi levado, diante do quadro de forças estabelecido pós-eleição, a estender a diversidade de sua composição, representando seu ministério uma frente de múltiplas forças de esquerda e de centro do espectro político brasileiro, sob a plena hegemonia do Partido dos Trabalhadores e de sua corrente majoritária. Os comunistas participam no primeiro escalão do governo, pela primeira vez na história do Brasil.

A nova realidade, inaugurada pelo governo Lula, consiste de componentes objetivos e subjetivos que definem o atual estágio da correlação de forças em desenvolvimento, que se configura pelo seguinte: 1) O novo governo resultou de uma expressiva vitória eleitoral, alcançando mais de 60% dos votos válidos, tendo apoio de ampla frente oposicionista, conduzida pelo PT; 2) o governo goza de amplo respaldo das forças populares organizadas, da simpatia de contingentes representativos das camadas médias e de importantes setores da burguesia; e 3) a derrota dos partidos conservadores levou à sua maior fragmentação e dispersão da base política que sustentava o governo FHC. Agindo em sentido contrário a essa tendência renovadora, pode-se considerar que: 1) As correntes conservadoras, apesar da derrota na disputa pela Presidência da República, mantiveram posições importantes nos governos estaduais e no Congresso Nacional, dificultando a formação da maioria absoluta para o governo Lula; e 2) a engrenagem que modela o quadro institucional vigente e sua estrutura econômica — herança dos governos da década de 90 —, segundo interesses de setores ainda dominantes (internos e externos), apesar do desgaste atingido, mantém-se intacta. A resultante mais importante desse balanço de forças é que as novas correntes vitoriosas chegaram ao governo nacional, alcançaram posições e postos políticos fundamentais; porém, ainda não conquistaram o poder real de forma plena. Pelo exposto, pode-se sugerir que em decorrência da correlação de poder existente, o governo Lula ainda não reúne as condições necessárias para a ruptura imediata com o rumo dominante precedente.

O novo governo, com esses limites de poder político, tem a incumbência de realizar mudanças no sentido de um modelo de desenvolvimento voltado para o crescimento da economia, da afirmação da soberania nacional e da melhoria das condições de vida do povo; e de transformar um país que vive constantemente sujeito a pressões e crises de natureza cambial e financeira recorrentes (em 2002 o real se desvalorizou 52,3% frente ao dólar), que diante do risco constante da insolvência, conseqüência da sua extrema vulnerabilidade externa, tornou-se prisioneiro do receituário imperativo do FMI. A política conduzida pelo governo FHC, de abertura irrestrita dos mercados e desregulamentação financeira, propiciando livre movimentação do capital forâneo, tanto no regime de câmbio fixo como no de flutuante, provocou uma situação de semiestagnação em mais uma década de nossa história econômica, elevando dívidas e déficits públicos a um patamar inédito. Mesmo a estabilidade monetária conseguida com custos elevadíssimos para a nação, através da adoção dessa política ultraliberalizante, foi sendo erodida, alcançando a inflação um patamar elevado, diminuindo mais ainda a renda dos assalariados.

O governo encontra um país envolto em gravíssima dificuldade, segundo afirmativa do

presidente Lula, sem dispor de meios imediatos para uma solução eficaz, premido por um orçamento herdado, comprometido substancialmente com o pagamento dos encargos da dívida pública. Deve-se considerar seriamente a gravidade da situação — legado de crise estrutural e conjuntural que se soma às incertezas externas — que constrange sobremodo a retomada do desenvolvimento, criando difíceis obstáculos à abertura do caminho alternativo, democrático, de reconstrução nacional e progresso social. Portanto, a luta para as forças interessadas na mudança se desenvolve ainda num quadro de poder limitado, em uma conjuntura interna e externa adversa.

O governo recém-instalado se define por um caráter democrático e progressista, reunindo todas as forças avançadas do país, interessadas na emancipação nacional, instaurando fóruns de consulta no intento de estabelecer amplo pacto político para governança; assume de imediato o combate à fome, procurando definir a “inclusão social” como o norte do desenvolvimento; e tenta estabelecer uma política externa ativa e afirmativa, reforçando o papel de liderança principal do Brasil na integração da América do Sul, na ampla reativação do Mercosul, e na defesa da paz, contra a guerra. Em contraste, permanece preso à política econômica conservadora anterior, seguindo os compromissos assumidos desde a campanha eleitoral, na “Carta ao povo brasileiro”, diante da crise financeira e cambial vivida pelo país. O novo governo revela, assim, neste começo — como efeito do nível da correlação de forças —, uma feição contraditória: assume um caráter democrático e dá seguimento, ao mesmo tempo, à política econômica anterior.

O novo cenário da luta política define-se pelo nível da batalha em curso — limites de poder, herança constrangedora, restrições externas —, podendo se depreender disso, então, que, apesar da dificuldade imediata em se reunir condições para a ruptura com o modelo neoliberal, o que está posto é como se pode e se deve mudar o rumo dominante, definindo com nitidez desde já os objetivos, as metas e o processo de construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento, considerando-se a evolução da situação interna e externa. Por isso, é necessário que o novo governo transmita à sociedade a sua agenda em relação ao rumo mudancista a ser seguido, “um gesto inaugural” (na expressão da sensibilidade de Luiz Fernando Veríssimo), estimulando um amplo movimento de diálogo e mobilização. Dessa forma, as dificuldades presentes serão compreendidas melhor e o apoio se tornará duradouro porque se moverá em função de uma perspectiva determinada.

Como ficou evidenciado, o governo Lula resultou do desenvolvimento da contradição entre duas tendências objetivas: a manutenção do caminho seguido pelo governo passado e a busca de uma outra via, a mudança do quadro predominante. Esta tendência tomou forma concreta, alcançando a vitória por meio de uma política acertada, de uma afirmação maior da liderança popular de Lula e de uma ampla aliança de forças. Estabelecido o novo governo, essa contradição não desapareceu; ao contrário, tomou maior dimensão e tende a se acirrar, porque agora surge a possibilidade da aplicação da nova política, que se choca com poderosos interesses internos e externos — o hegemonismo do imperialismo norte-americano na América Latina e a centralidade da oligarquia financeira na condução econômica —, protegidos por instituições implantadas numa estrutura econômica que impede a mudança.

O enfrentamento entre as duas políticas — a velha e a nova — está presente no âmbito governamental e na sociedade, não estando definido de antemão o desfecho desse embate. Inaugura-se, assim, uma nova fase de luta para as correntes revolucionárias, democráticas e patrióticas, que consiste na construção efetiva da alternativa de superação da hegemonia neoliberal, reunindo, para tanto, amplas forças políticas e sociais e fazendo vingar o projeto nacional, democrático e popular. Os movimentos dos trabalhadores, das camadas populares e médias, dos estudantes e setores empresariais, através de suas organizações, poderão ser as forças-motrizes fundamentais para a mudança. Essa disputa pela transição da situação presente para a nova realidade, na qual predomine o novo projeto, é que caracteriza a fase atual da luta política em nosso país.

A luta pela mudança de rumo. Em conseqüência dos compromissos assumidos na campanha, em face da crise financeira e cambial, dos poderosos interesses dos “agentes econômicos” e dos entraves das pesadas restrições internas e externas herdadas, o novo governo encontra-se diante da opção de assegurar os contratos firmados no período Fernando Henrique Cardoso ou de mudar o projeto aplicado pelo governo passado. Essa dualidade revela as pressões para o continuísmo, que podem se avolumar diante do peso da inércia das instituições, da ausência de uma convicção estratégica transformadora a ser seguida e, ainda, diante da falta de uma mobilização popular maior. O centro da questão está em que uma mudança efetiva passa pela alteração dos fundamentos econômicos até aqui prevalecentes, pela recomposição do Estado nacional e pela afirmação crescente da soberania nacional. Ao contrário do que afirmava Fernando Henrique na sua prédica diversionista, o Brasil não está preparado para crescer. A sua política produziu maior vulnerabilidade externa, estagnação econômica, provocou retrocesso no nível da renda e do emprego do trabalhador e rebaixou sua condição de trabalho.

O pensamento predominante no governo é de reafirmar o compromisso de mudança profunda, embora conclua que o país não consegue fazer uma virada rápida de política econômica, mantendo uma posição defensiva diante do temor da fragilidade externa, de uma retaliação dos “mercados”, levando à manutenção “emergencial” da política monetária e fiscal anterior. No limite, pode-se entender essas medidas como contingenciais e transitórias. Porque é falsa a idéia de que a política macroeconômica do governo anterior pode ser mantida por um ou dois anos, para então ser substituída. O mais provável é que, isso acontecendo, a crise poderia se agravar, “empurrando” para uma saída mais difícil, ou se conseguiria um crescimento contido — como sempre —, voltando-se a conviver com o mesmo círculo vicioso de crise financeira e cambial.

Os resultados destes primeiros meses do ano aumentam essa preocupação. Continuando atuando incontestavelmente a fonte de instabilidade e vulnerabilidade que é o volume do passivo externo brasileiro — soma dos cerca de 215 bilhões de dólares da dívida externa pública e privada com o estoque de capital estrangeiro aqui investido —, situado próximo aos 400 bilhões de dólares. O custo e a amortização desse passivo estão na casa dos 50 bilhões de dólares anuais ou 1 bilhão de dólares por semana. Só no primeiro trimestre saíram do país, a título de pagamento de juros, remessa de lucros, dividendos e amortizações 9,74 bilhões de dólares. A dívida pública total (interna e externa) atingiu em abril último a cifra de R\$ 839,76 bilhões, que representa 52,18% do PIB. Projeções indicam que esse valor poderá ultrapassar R\$ 1 trilhão ao final de 2003, gerando-se encargos calculados em R\$ 300,1 bilhões. Neste quadro, o superávit da balança comercial não é suficiente para o equilíbrio das contas. Frente a isto, o governo busca elevadíssimos superávits primários e foi levado a sacar em junho mais uma parcela do acordo com o FMI, agora de 9,3 bilhões de dólares. Prática, ainda, altíssimas taxas de juros reais, com o objetivo de atrair capital estrangeiro e viabilizar a rolagem de seus títulos. Conseqüentemente, caem a produção industrial e o nível dos investimentos produtivos. O PIB dos três primeiros meses do ano teve uma ligeira queda em relação ao último trimestre de 2002, apontando para uma situação de estagnação. As reservas internacionais do país em termos líquidos estão na casa dos 15 bilhões de dólares.

O novo governo foi levado a estender a diversidade de sua composição

O curso da mudança requer a construção de uma nova maioria política

O agravamento da situação, desde 2002 — reflexo da crise estrutural —, provocou o surgimento de um conjunto de problemas emergenciais: déficits, juros astronômicos, inflação, crise do setor energético. A isto se acrescenta a urgência assumida pelo agravamento sem precedentes das condições de vida do povo. A inquietação frente ao crescente desemprego, que nas maiores regiões metropolitanas ultrapassa os 20% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo o Dieese e a insegurança provocada pelo avanço da criminalidade, criam na população um senti-

mento de grande instabilidade. O rendimento médio real dos trabalhadores ocupados continua a retrair-se. Um país que está entre as dez maiores economias do mundo e ocupa o 70º lugar quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano, necessita de investimentos públicos urgentes no sentido de superar esta contradição.

A verdade é que as exigências impostas para se manter a “confiança do mercado” — interesses dos círculos financeiros centrais — vão se tornando cada vez mais contrárias às necessidades da ampla maioria da sociedade, que abarca desde os trabalhadores até as camadas populares e médias, incluindo empresários de vários portes. Assim acontecendo, ao fim e ao cabo, o governo perderá a confiança, tanto do povo, quanto do mercado financeiro. A recente experiência histórica demonstra que a aplicação das políticas neoliberais enterrou a possibilidade de desenvolvimento, levando os países “periféricos” a pagarem um preço muito alto, tornando-os mais vulneráveis e empobrecidos. Em legítima fundamentação, mesmo o economista conservador Luis C. Bresser Pereira chega à conclusão de que, no caso brasileiro, ao invés de fazer o país crescer, o capital de fora — tomado como principal financiador da economia — só teria contribuído para o subdesenvolvimento econômico. Em contrapartida, onde se conseguiu romper, pelo menos em parte, com as rígidas regras liberalizantes começou a se colher resultados favoráveis ao desenvolvimento e ao emprego, como em alguns países da Ásia.

Por tudo isso, se a mudança não pode ser abrupta, o cerne do problema reside em como se definir e explicitar a nova estratégia nacional de desenvolvimento em face das condições presentes, indicando uma nova agenda com objetivos e metas no prazo de vigência do atual governo, encaminhando o processo de mudança. Essa sinalização de rota, em termos concretos, elevará a confiança da grande maioria interessada em contribuir e participar do novo empreendimento da mudança. As reformas em discussão, se não forem apontadas no rumo da ampliação da democracia, dos direitos sociais e de uma nova estratégia de desenvolvimento, se confundirão com a agenda do governo passado, ficando à mercê da disputa de múltiplos interesses. Embora os acordos e contratos anteriores tenham de ser considerados, o PCdoB tem afirmado que, seguindo novos objetivos de desenvolvimento, pode-se e deve-se questionar e revisar tais compromissos — como, por exemplo, os termos do acordo com o FMI que absolutizam as metas de estabilidade fiscal em detrimento de metas de crescimento econômico e desenvolvimento social e se desdobram em reformas voltadas para a fragilização do Estado e a quebra dos direitos sociais; e o padrão de montagem das Agências Reguladoras — porque os mesmos não têm caráter pétreo, podendo até ser anulados, tendo como axioma a soberania nacional. Matéria de relevante importância é a que trata das modificações relativas ao Banco Central do Brasil. O BC deve ter como objetivo não somente a estabilidade monetária, mas, além disso, o compromisso com a elevação dos índices de desenvolvimento e de emprego do país. Para isso, deve estar sob controle público amplo, tanto do Executivo quanto do Legislativo. Sua independência em relação a esses poderes contraria os interesses do Brasil e do povo brasileiro.

Nas circunstâncias presentes, apesar das naturais controvérsias quanto à alternativa ao projeto neoliberal, também o Partido Comunista tem participado do debate em questão. A par da necessidade de uma série de medidas sociais emergenciais, como o Programa Fome Zero, o Partido tem defendido que a chave para deflagração e andamento do curso da mudança da política neoliberal no atual estágio da luta requer a construção de uma nova maioria política, que tenha como objetivo a retomada do desenvolvimento econômico, a ampliação da produção, o crescimento do emprego, a valorização do trabalho e o fortalecimento do mercado interno. Hoje, a elevação do índice de desenvolvimento econômico e de aumento dos postos de trabalho passou a ser um problema político decisivo.

Em primeiro lugar, a formação da nova maioria política está em consonância com duas componentes inter-relacionadas: manutenção e consolidação do apoio da vasta maioria da nação ao governo Lula e aglutinação de todas as correntes políticas interessadas em abrir um novo rumo para o país. Neste sentido, se destaca a necessidade da formação de uma base parlamentar de sustentação do governo, a mais ampla possível, porque a fragmentação da oposição conservadora é momentânea. Mas, o êxito na criação dessas componentes políticas é determinado pela capacidade de as novas forças construir a estratégia desenvolvimentista, sintonizada com as reais necessidades da grande maioria da população, que está objetivamente em disjunção com as exigências do mercado financeiro. Por isso, é preciso insistir que as formas de discussão ampla nos conselhos para consultas e em diversos fóruns e a mobilização das organizações e movimentos de massa são imprescindíveis para a composição de pactos majoritários em prol da mudança.

Em segundo lugar, a retomada do desenvolvimento em nível superior e crescente se insere num quadro que altera a lógica dos dogmas neoliberais vigentes. Desse modo, a deflagração de um amplo movimento nacional por desenvolvimento, produção e emprego, que envolva trabalhadores, empresários e grandes parcelas do povo, formando um consenso nacional, pode ser um começo da saída da camisa-de-força prevalente na situação atual. É indubitável que o desenvolvimento proposto deve ter como eixo a transformação social. Existe hoje uma realidade e um clamor que podem criar uma vasta onda em torno desse objetivo, porque expressa sentimento amplamente majoritário. Tal iniciativa abriria a passagem para o debate da inversão das metas consagradas pelo modelo dominante: a meta central a ser defendida seria o índice de desenvolvimento do Produto Interno Bruto nesses próximos quatro anos, e tudo o mais — metas de inflação, percentual de superávit primário etc — se submeteria a esse alvo central. Deslocaria-se, assim, o eixo da definição das metas prioritárias atuais, que é a relação dívida/PIB, para as metas de crescimento do PIB e de geração de emprego. Essa questão coloca em cena o debate acerca dos meios próprios, nacionais, para financiar o crescimento, ainda subestimados, porque o centro de gravidade do financiamento repousa no capital de fora.

Por conseguinte, estaria em foco também o esquema da engrenagem dos juros altos, que tem funcionado como tratamento indubitável de combate à inflação, ao tempo em que deprime de forma crônica a economia. Pela receita monetarista neoliberal, o remédio da elevação dos juros atua sobre o sintoma — a subida dos preços —, que pode até conseguir certo êxito em consequência do estancamento do desenvolvimento econômico, mas engorda as burras dos rentistas e produz o nefasto efeito colateral da estagnação produtiva



Luciana, prefeita de Olinda/PE, e Inácio Arruda, líder do PCdoB na Câmara Federal: comunistas vão debater a estratégia para a campanha eleitoral de 2004

va e do desemprego. Juros mais baixos são uma necessidade para o financiamento de um novo ciclo de desenvolvimento, pois facilitam o crédito e diminuem a pressão sobre o endividamento do Estado.

Finalmente, em um mundo de predominância unipolar, de grande centralização do poder econômico nos países capitalistas centrais, o êxito da construção da nova estratégia nacional de desenvolvimento está intimamente ligado à reconstrução da soberania do Brasil no plano mundial e na América Latina, e à recomposição do Estado nacional. A luta pela soberania adquire papel central, é uma premissa em conjunto com o redirecionamento da política macroeconômica na definição de nova estratégia nacional visando ao desenvolvimento. O governo Lula vem encaminhando com êxito uma nova política de inserção no plano mundial e nas relações externas, cujos objetivos se voltam para construção da liderança do Brasil na integração da América do Sul e relançamento do Mercosul; para formação de parcerias estratégicas com grandes países como a China, Índia, Rússia, África do Sul; para aproximação com o continente africano; e para ampliação e diversificação do comércio externo. É evidente que a política integracionista da América do Sul e a crescente influência brasileira nesse continente se chocam com os objetivos hegemônicos norte-americanos, cuja estratégia central é a tentativa de recolonização das Américas, via imposição da Alca. O posicionamento do governo brasileiro de resguardo da independência do país diante da guerra imperialista de invasão do Iraque e a elevação do prestígio do presidente Lula no âmbito internacional asseguram melhores condições para reforço da soberania. A posição tomada pelo governo, tendo à frente o Itamaraty, de garantir os interesses da nação face à proposta da Alca, é outra vertente importante para a construção da autoridade soberana do país.

A recuperação do Estado nacional está relacionada com a reconstrução da soberania, sendo esta fator decisivo para aplicação de uma política de desenvolvimento com transformação social. O Estado brasileiro perdeu, sobretudo, sua capacidade de planejamento e seu papel de artífice e indutor do crescimento, inclusive com o sucateamento da universidade pública, principal locus de desenvolvimento científico e tecnológico do país. O esforço de reverter esse quadro é parte fundamental para o encontro da alternativa à situação predominante. O novo governo, nessa fase inicial, estancou o processo de privatização que vigorava, procurou valorizar e fortalecer as grandes empresas estatais e bancos, do porte do BNDES, e abriu caminho para revisão do modelo das Agências Reguladoras, consideradas como formas de “terceirização do poder” estatal. Várias instâncias governamentais se empenham na definição de uma política desenvolvimentista, destacando-se a proposta do Plano Plurianual (PPA), elaborada pelo Ministério do Planejamento, que apesar de seus limites e debilidades, retoma a idéia de uma estratégia nacional de desenvolvimento e foca o Estado como o instrumento fundamental para condução da retomada do desenvolvimento. É evidente que a recomposição do Estado nacional requer mudanças na legislação que reduziu o seu papel e, sobretudo, depende de o país se livrar das condicionantes impostas pelos acordos com Grubois

A recuperação do Estado nacional está relacionada com a reconstrução da soberania

O papel e a nova tática do Partido diante da nova realidade política. Em seu 10º Congresso, realizado no final de 2001, o Partido já afirmava: "A oposição reúne condições históricas excepcionais para alcançar a vitória nas eleições gerais de 2002". O PCdoB se empenhou nesse sentido, sendo confirmada também a sua assertiva de que somente uma frente de esquerda não seria capaz de tal êxito. Esta previsão e o esforço para a vitória oposicionista tinham um sentido estratégico definido — barrar a evolução neoliberal e procurar abrir um novo rumo para o Brasil. Isso porque o caminho para se aproximar do objetivo estratégico — transição ao socialismo — passa necessariamente, nas condições contemporâneas, pela derrota da orientação neoliberal.

O desfecho da eleição presidencial de 2002 abriu, assim, um novo ciclo político em nosso país e representou um importante passo na rota da nossa estratégia. Porém, esse resultado descortina a possibilidade do início da caminhada ao novo rumo democrático-popular, mas não está assegurado antecipadamente o êxito nesse sentido. Então, nessa nova fase da nossa luta política, o norte estratégico se reafirma na definição de uma nova tática partidária que consiste em laborar para a vitória do programa mudancista, democrático, nacional-desenvolvimentista, conduzido pelo novo governo. Essa vitória seria o sucesso da nossa estratégia na atualidade. Por isso, se afirma justamente que o êxito do governo Lula nesse rumo terá um significado histórico de grande transcendência.

O novo governo é uma obra da luta das forças políticas mais avançadas do nosso país, dos trabalhadores e camadas populares, médias e empresariais, nas condições atuais, e o PCdoB foi importante artífice e protagonista desse empreendimento, constituindo essa ação partidária o ponto nodal da sua orientação estratégica e tática. As mutações e os caprichos da vida produziram o governo concreto. Afinal, o governo Lula, que veio a ser constituído, é expressão de alargada frente política, assumindo uma fisionomia democrática, plural e progressista sob a hegemonia do PT. O governo resultante exprime a correlação de forças do estágio atual da luta política. O presidente Lula é aclamado pela grande maioria da nação, que deposita em seu governo grande confiança.

Essa nova realidade brasileira tornou imprescindível a participação do PCdoB no novo governo, resguardando sua independência ideológica e política. O nosso Partido compõe, principalmente com o PT, desde 1989, no período da transição democrática, o núcleo das forças responsáveis por esse resultado sem paralelo na nossa história política. Por isso, pela primeira vez, os comunistas no Brasil participam no primeiro escalão de um governo da República e também, a convite do presidente, aceitam liderar a bancada do governo na Câmara Federal. A nossa participação na liderança do governo é uma indicação que corresponde, e representa, ao ambiente de esperança em que vivemos. É também um esforço para estimular o sentido de frente única do nosso governo.

O apoio e participação do PCdoB no governo Lula têm razões estratégicas porque é através deles, nas atuais condições, que existe a possibilidade de mudança democrática e soberana. Não há alternativa mais avançada, viável, nesta quadra da luta política em nosso país. O fracasso do governo Lula seria também a derrota das forças de esquerda e renovadoras e, mais ainda, a via para a volta das forças conservadoras ao centro do poder. O Partido assumiu o compromisso com uma frente, de ampla coalizão, dirigida pelo PT, para governar o país. Como em toda convivência interpartidária numa frente

política, sobretudo com a responsabilidade de governar, a relação predominante é de unidade. Por isso, devemos emprestar o mais firme apoio ao governo Lula e lutar com afinco pelo seu sucesso, tendo em vista a concretização dos propósitos mudancistas. Porém, o nosso empenho na sustentação do governo, por mais forte e leal que seja, não significa "seguidismo" ou ausência de crítica. Porque, entre o programa do PCdoB e o programa de governo, naturalmente existem divergências. Os nossos objetivos e compromissos vão além dos assumidos pelo governo. Por isso, temos atuado na imprensa partidária

oferecendo apoio e críticas e participando do debate de idéias, com o intuito de contribuir para a concretização de uma saída para a mudança; por meio das lideranças partidárias, temos nos empenhado na defesa do governo e, ao mesmo tempo, temos exposto divergências, quando necessário, procurando, do mesmo modo, preservar a unidade do Partido. Temos defendido e estimulado a autonomia do movimento sindical, popular, estudantil, e outros, nas campanhas em defesa de seus interesses, numa relação de apoio, diálogo e mobilização vis-à-vis ao governo.

O governo recém-instalado reflete, em seu seio, expressando a realidade de um período de começo de transição, a convivência entre a velha e a nova situação e luta entre a continuidade neoliberal — já estruturada e definida por poderosos interesses ainda dominantes, apesar de pesado desgaste —, e a mudança democrática e progressista — a ser delineada concretamente e aplicada pelas forças vitoriosas. Por isso, o governo vive, neste início, uma feição contraditória: tem marca democrática e assegura o compromisso da mudança, procura afirmar a soberania nacional num mundo "globalizado", unipolar, mas, ao mesmo tempo, é levado a manter ainda compromissos com a política econômica conservadora anterior. A fim de situar a singularidade da nova situação, é preciso reconhecer que houve uma importante viragem política na nossa história, abrindo uma transição conduzida por um governo de ampla coalizão democrática, popular e progressista, sob a direção de uma força eclética, numa situação interna carregada de grandes constrangimentos e manutenção de forte poder da classe e setores conservadores, numa ordem mundial unipolar, plena de grandes ameaças e dominância de padrões capitalistas ultraliberalizantes, em meio a um movimento de resistência ainda sem uma possibilidade viável de transformação revolucionária. A transição adquire uma forma branda, limitada por mudanças gradativas. Mas, para uma compreensão mais objetiva deste processo, é necessário alargar nossa visão, conhecendo questões básicas das experiências das transições políticas que implicaram na mudança de rumo da sociedade. Pode-se afirmar, sem maior pretensão de sistematização dessas experiências, que em uma transição radical, revolucionária, ou mesmo "branda", está em jogo a luta entre dois projetos: o novo nasce convivendo com o velho durante certo tempo, as soluções de compromisso fazem parte do curso inicial da transição, as mudanças no terreno econômico não seguem necessariamente o mesmo ritmo das mudanças políticas. Levando-se em conta a própria experiência da história política brasileira, as viragens de rumo adquiriram formas variadas; as forças novas, vencedoras, tinham composição heterogênea, aliando-se com uma parte da velha força dominante e o movimento mudancista tomou um curso gradativo.

A tática do Partido deve levar em conta os avanços e recuos que a originalidade da situação comporta e a necessária perspicácia e agilidade para que em cada momento se descubra seu elo de desenlace. O tempo que esse quadro pode demandar para uma solução duradoura e progressista depende de um conjunto de fatores internos e externos e não pode ser fixado de antemão. O centro da nossa tática política, tendo presente o sentido estratégico já referido, é atuar pelo êxito do governo Lula na condução das mudanças que consistem no aprofundamento da democracia e na adoção de um projeto nacional de desenvolvimento,

voltado para a defesa da soberania do país e o progresso social. Por isso, a ação política decorrente traduz-se em dois movimentos inseparáveis: 1) o esforço conjunto de concretizar a saída da engrenagem neoliberal para o começo do novo projeto; 2) reunir forças populares, democráticas, patrióticas, renovadoras para o sucesso desse propósito. Como parte integrante do novo governo, o Partido deve colocar essas condições a serviço do fortalecimento da convicção e da consecução da nova linha transformadora, por meio de amplo trabalho de debate e mobilização políticos. A orientação do PCdoB é principalmente propositiva e também crítica no sentido da consolidação da perspectiva mudancista do governo. Passa por uma estreita combinação entre a ação institucional — no parlamento e cargos executivos — e a mobilização política das massas populares.

O nosso Partido tem bem presente a grandeza do desafio, o tamanho de sua responsabilidade. Na situação atual, do mundo e do Brasil, não se reuniram ainda condições para o alcance de uma hegemonia revolucionária na condução de uma alternativa ao neoliberalismo e na transição ao socialismo. O fracasso das políticas liberalizantes tem permitido o surgimento de múltiplos movimentos contrários a elas, que em muitos locais deram lugar a vitórias eleitorais dirigidas por forças de esquerda, democráticas e progressistas. Em nosso país, apesar de ser uma força protagonista da vitória política, que abriu a possibilidade de concretizar uma alternativa ao neoliberalismo, o PCdoB faz parte de ampla frente política e não é a força dirigente principal. Vencer a orientação dominante do capitalismo atual requer uma luta de dimensão nacional e mundial que tem sentido antiimperialista.

Portanto, diante da adversidade para a mudança, em função do quadro de forças reinante e pelos limites das forças dirigentes principais envolvidas nesses empreendimentos, a experiência tem demonstrado que, depois da vitória eleitoral, pode permanecer a estrutura dominante, com a derrota das forças renovadoras, ou ser mantido o essencial do modelo vigente com certa reciclagem. O passo adiante para a superação dos marcos da estrutura institucional e econômica neoliberal não tem sido plenamente conseguido, numa ordem mundial predominantemente unipolar e de globalização financeira.

Do nosso ponto de vista estratégico, o êxito será completo somente com a superação da política neoliberal e a consecução do projeto alternativo. Para isso, por não ser o Partido a força hegemônica do novo processo político que se instala, a nossa tática deve considerar a possibilidade, de grande dimensão democrática e liberdade política que se abre, de acumular maiores forças no seio do povo e do governo. Estão presentes as seguintes tarefas: fortalecer em todos os níveis o Partido e expandir sua influência política; reforçar e ampliar uma vanguarda consciente da exigência de superação histórica do sistema capitalista, que vá além dos marcos do Partido; unir as forças antagonônicas e críticas ao modelo neoliberal e àquelas que podem, mesmo que limitadamente, contribuir para a mudança e renovação; unir os trabalhadores impedindo a sua fragmentação, para que constituam em força motriz fundamental do novo projeto; no mesmo sentido, reunir amplas camadas populares e médias e procurar participar dos conselhos e fóruns de consulta, instalados pelo governo, fortalecendo as posições da mudança da política neoliberal.

Nessa nova fase da luta política inaugurada pela vigência do governo Lula, as palavras-de-ordem e as formas mobilizadoras das amplas camadas do povo constituem os meios fundamentais para fazer prosperar a onda pela mudança. A grande maioria da nação deposita grande esperança no novo governo. O êxito do governo Lula depende da participação e mobilização da maioria da população. As consignas que orientem e indiquem o sentido de uma mudança profunda devem considerar a dimensão nacional, mundial e latino-americana da luta transformadora atual. Desse modo, fazer prosperar a alternativa ao neoliberalismo passa hoje pela defesa da paz, contra a política belicista imperialista; e pela sustentação da integração da América do Sul, fortalecendo e ampliando o Mercosul, denunciando os verdadeiros intentos dos Estados Unidos com a proposta da Alca.

No âmbito do nosso país as consignas que propomos devem estar relacionadas com os nossos objetivos centrais de defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, hoje traduzidos na definição e aplicação de uma estratégia nacional de desenvolvimento voltada para a transformação social. Podem ganhar amplitude as bandeiras de desenvolvimento já — produção e trabalho —, que refletem forte anseio da ampla maioria da sociedade e que se articulam também com os lemas de Fome Zero, reforma agrária, reforma urbana, recuperação dos salários e valorização do salário mínimo. Razão pela qual as reformas em pauta — previdenciária, tributária, trabalhista e política —, propostas pelo governo, devem ter como norte a retomada do desenvolvimento, a distribuição de renda, a preservação e ampliação de direitos e a ampliação democrática, apesar das pressões que vêm sofrendo de sentido conservador, neoliberal. Reformas, portanto, em rumo distinto daquelas do governo de Fernando Henrique Cardoso que fragilizaram o Estado, a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores.

No atual contexto da luta política, as organizações sindicais, populares, estudantis e demais formas representativas do povo na sociedade podem ser um esteio do processo da mudança e da consecução do novo projeto, contribuindo para o êxito do governo Lula, se realmente empunharem essas bandeiras da transformação nacional e social e da ordem mundial articuladas com suas reivindicações próprias. As organizações e movimentos de massa não devem se confundir com o governo, mantendo sua autonomia, porque essa é a forma de o próprio governo conhecer, de modo organizado, as reais aspirações do povo. As formas de organização e mobilização devem ocupar importante papel nessa nova quadra, como por exemplo, a formação do Fórum Nacional dos Trabalhadores e outros para concertação de plataformas comuns, lutando por paz, desenvolvimento e trabalho. A luta pela ampliação dos postos de trabalho é também o objetivo da campanha pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários que vem sendo conduzida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Corrente Sindical Classista (CSC). As novas formas surgem como fruto da realidade em curso e não simplesmente como vontade de uma ou outra organização. Tudo isso deve compor esta nova etapa de luta.

Um novo ciclo de acumulação estratégica para o PCdoB. O fortalecimento do PCdoB se coloca como condição primordial para tornar vitorioso esse curso político. Na fase de luta que se inaugura abrem-se novas potencialidades para o crescimento e estruturação do PCdoB. O resultado eleitoral demonstrou elevação da consciência política do povo, propiciando ambiente muito mais favorável para isso. O PCdoB conquistou expressiva vitória, com 9,3 milhões de votos para seus candidatos, cumprindo no essencial os objetivos eleitorais traçados no 10º Congresso. Aumentou seu prestígio e presença na luta política e social. Vive uma experiência inédita nestes 81 anos de existência, participando do governo central, o que coroa todo um período de lutas que vem desde a ditadura, tendo atravessado 18 anos de legalidade. Encara as novas exigências como um impulso renovador para as suas tarefas, funções e feições, um grato desafio para a militância. Abre-se, portanto, uma mudança de fase, nova etapa na acumulação de forças do Partido, que aponta para a renovação de linhas de trabalho em sua estruturação. Estão em jogo a velocidade e profundidade com que seremos capazes de responder à nova dinâmica política e social no país e de perseguir o reforço do instrumento estratégico para a luta transformadora, que é o Partido Comunista. Sabemos que o Partido atua em determinado ritmo e com as linhas anteriores. Para alterá-las, é preciso construir convicção nas fileiras centrais e seletivas de dirigentes e membros em todas as direções, que insiram na dinâmica do partido esses novos desafios.

Estimular a autonomia dos movimentos sindical, estudantil, popular e outros

O Partido é instrumento de ação política, não um fim em si mesmo

novas condições em que atuamos, portanto, devemos deslindar os elos que articulam, em outro patamar e em novas condições, os componentes políticos, ideológicos e organizativos na estruturação partidária.

A construção partidária e seu projeto político. O centro desse novo impulso de fortalecimento, que preside a construção partidária no novo quadro, é a luta por tornar vitoriosa a orientação política traçada. Ela tem por objetivo o êxito do governo Lula na condução do processo das mudanças de caráter democrático, nacional-desenvolvimentista. Para isso, essencialmente, precisamos desenvolver maior protagonismo na atuação política e social. O PCdoB, em todos os escalões, precisa agir com mais descortino, fazer com que seu coletivo se aproprie da orientação política e lhe confira dimensão de massa mais ampla. Além disso, essa orientação precisa assumir caráter propositivo, e influenciar realmente os rumos do governo e do Estado. O Partido é um instrumento de ação política, não um fim em si mesmo. Precisa falar mais largamente para a sociedade e abordar, no movimento real, seu projeto próprio com maior visibilidade, diferenciá-lo política, eleitoral e ideologicamente na sociedade. Está estabelecido, assim, um período de grandes exigências para os comunistas, no sentido de elaboração em todos os campos.

Esse desenvolvimento é indissociável da maior atenção à luta de idéias. A busca de alternativa precisa estar assentada num amplo movimento de idéias avançadas. Decididamente, precisamos colocar a luta de idéias em outro patamar de preocupações e ações. A sociedade brasileira, para superar o legado neoliberal, vai conhecer intenso debate sobre as saídas e perspectivas. O que está em curso no país motiva reelaborações teóricas de alguma envergadura no que concerne ao projeto para o Brasil. Vamos necessitar de grande energia para esse esforço, aproximar o PCdoB de parcela significativa dos que pensam estrategicamente o Brasil e os desafios de sua transformação, para polarizar a sociedade e infundir maior confiança nos rumos da luta. Também no que se refere ao desenvolvimento de nosso pensamento tático nas novas condições, exige-se alimentar a elaboração política com esforço teórico, para um maior domínio da realidade concreta. O empenho teórico do Partido e a intensificação da formação teórica dos militantes são um componente indispensável para o fortalecimento de seu papel e força.

Na nova situação política devemos lutar, em especial, para mergulhar os comunistas nos movimentos sociais, adentrar na dinâmica da realidade profunda da situação dos trabalhadores e do povo, na inteira complexidade da sociedade brasileira. A militância precisa aumentar o protagonismo no movimento social real, construir uma agenda própria e renovada para o movimento de massas, em ligação com sua orientação política, como instrumento decisivo para impulsionar a estruturação partidária. Nossa orientação confere papel essencial à mobilização popular em apoio às mudanças que o país eleger. Esses movimentos viverão novos desenvolvimentos, em substituição à prolongada fase de resistência vivida nos anos 90. Além disso, na atuação do movimento operário e de massas reside um aspecto fundante da natureza e caráter do Partido Comunista. Trata-se, enfim, de um elemento fundamental para a construção de uma hegemonia avançada das forças populares, em primeiro lugar dos trabalhadores — a base social que decide os destinos de nosso projeto político próprio. Somos críticos, e autocríticos, com relação à participação e às energias que empenhamos nessas frentes. Trata-se de esforço que precisa ser levado à esfera do pensamento e direção política. O PCdoB precisa lançar campanhas próprias e fazer mais ação de massas, de todos os tipos e magnitudes, como forma de expressão cotidiana do trabalho da militância e condição de sua visibilidade na sociedade. Deve recuperar essa característica tão marcante de nossa identidade no cotidiano da condição de militantes, resgatar o sentido que isso encerra de elevação da consciência e organização do povo e de pedagogia para o militante comunista. O mergulho no movimento operário e social é fator indispensável da nova acumulação de forças do Partido, inclusive de seu incremento eleitoral. É a fonte principal de onde emanarão os novos contingentes militantes. Este desafio precisa urgentemente ser desdobrado em proposições e ações concretas que sinalizem as mudanças. Particularmente quanto ao movimento operário, fazem-se necessárias medidas extraordinárias para elaboração de planos e controles concentrados, inter-relacionando as diversas frentes de direção envolvidas. Com o sentido de uma expansão maior do pensamento avançado, socialista, emancipacionista, no movimento de massas avulta a necessidade do fortalecimento do trabalho junto à Corrente Sindical Classista (CSC), União da Juventude Socialista (UJS), e União Brasileira de Mulheres (UBM), e a frente de luta contra o racismo. Além disso, é necessária uma elaboração mais coletiva da nossa linha de atuação de massas na UNE, Ubes, CUT e Conam.

A presença dos comunistas em cargos e funções de governo significa uma nova dimensão de possibilidades na esfera política. Além do governo central, participamos de governos em mais de uma dezena de Estados e capitais, e de centenas de municípios. Essa participação alcança a mesma magnitude de cargos eletivos que o PCdoB detém. Nossa ação tem, nessa esfera, importante instrumento para a acumulação de forças. Entretanto, a presença em governos, por ser recente, não tem tido a mesma atenção da direção e não é sistematizada. Diferentemente de mandatos eletivos, que reforçam a voz independente dos comunistas, participações em governos são mandatadas pelos chefes de Executivos, o que faz com que os quadros que assumem essas funções tenham autonomia apenas relativa. Por isso, tais participações precisam se acompanhar de um claro esforço político para não comprometer a identidade e independência partidária; e de íntima ligação entre essa participação e os nossos objetivos políticos. Trata-se, então, de formular projetos bem definidos para nortear essa participação em cada situação concreta, sujeitando-a ao controle político do Partido; particularmente, encontrar uma justa combinação e equilíbrio entre a atuação institucional e a luta social. Será necessário inovar na definição do trabalho de direção, constituindo secretaria própria para esse fim, a partir da direção nacional.

São esses, portanto, os impulsionadores da nova fase: maior protagonismo na luta política; mais intensa atuação na luta de idéias; mergulho nos movimentos sociais; e participação institucional. As potencialidades de nosso desenvolvimento estarão intimamente vinculadas aos rumos do governo Lula, e ao papel que cumpriremos — dentro e fora do governo — para seu êxito. Nossa orientação política precisa construir espaços próprios do Partido, ter marcas distintivas, perseguir seu fortalecimento, conferir-lhe base social mais ampla, impulsionar seu crescimento eleitoral. Trata-se da independência política e ideológica dos comunistas, indispensável nas condições de participante do governo. Isto nos exige conferir maior visibilidade ao projeto dos comunistas, pois a afirmação partidária se dá em

Tal fortalecimento é uma exigência do papel estratégico que estamos chamados a cumprir. Invoca a questão de um novo processo de acumulação de forças para a construção da hegemonia política e ideológica no movimento transformador, nas condições concretas em que ele se desenvolve na atualidade, sintetizada na orientação política traçada. Isso exige pôr em relevo o nosso projeto político próprio; coloca-nos a urgência de elevar o trabalho na esfera ideológica; e, por fim, nos exige superar condicionamentos que limitam o crescimento de nossas fileiras militantes. Nas



Entre os dias 26 e 29 de junho, a plenária final, integrada por 354 delegados e convidados, ouviu 115 intervenções de comunista de todo o país

meio a ambiente de forte disputa, nos marcos de uma convivência prolongada com uma organização de tendência social-democrata, hegemônica política, cultural e socialmente entre os trabalhadores.

A nova tática precisa se desdobrar também em um projeto eleitoral para 2004 e 2006. O Partido tem sido demarcadamente uma força independente do ponto de vista político e ideológico. Forças mais clarividentes enxergam nele uma orientação de cunho mais avançado e um rico pensamento tático. Isto é um grande trunfo de nossa trajetória. Entretanto, a força estruturada dos comunistas condiciona a tática eleitoral e, nesse âmbito, depende muito das coligações. A diferenciação e visibilidade do PCdoB têm na tática eleitoral um fator saliente. Aos olhos de grande parte da população, o Partido é co-participante do consórcio eleitoral petista, reduzindo sua visibilidade política. É necessário partir para um projeto eleitoral ampliado, incluindo candidaturas próprias do PCdoB aos executivos e le-

gislativos municipais, e permitindo maior divulgação do próprio Partido. Eleições municipais são momento propício para lançar as bases dessa extensão, ao mesmo tempo em que devem ser vistas como um momento de consolidação do governo Lula e de seu projeto mudancista. Deve-se articular isso com o esforço para formular uma proposição concernente à reforma política, capaz de derrogar as cláusulas de barreira já estabelecidas.

Novas exigências na esfera ideológica para a estruturação partidária. O desenvolvimento partidário reclama maior atenção ao nosso trabalho de educação ideológica. O 10º Congresso afirmou que a base de nossa construção ideológica é a convicção revolucionária, aliada a uma política transformadora e à íntima ligação com o movimento real dos trabalhadores. Centrou o combate ao espontaneísmo quanto à sua construção. Entretanto, nas condições de intensiva institucionalização da atividade política, crescem as pressões burocratizantes, tendentes ao rebaixamento estratégico do papel do Partido e ao comprometimento de sua independência. Precisamos reforçar nas fileiras comunistas o debate do projeto político do Partido e intensificar o cultivo de valores, traduzido em normas e atitudes de compromisso militante. O enfraquecimento de órgãos de direção, o abarrotamento da pauta de trabalho com um sem número de questões do cotidiano de executivos e parlamentos, o desatamento da pressão dos anseios e carreiras expõem-nos à possibilidade de cooptação e à diminuição dos vínculos com a ação de massas. A baixa organicidade do trabalho militante na base, e até mesmo nos comitês, e o descompromisso com a sustentação material enfraquecem nossa luta. São fatores que precisam ser enfrentados com firmeza visando preservar o caráter revolucionário e classista do Partido.

Organizações revolucionárias marxistas não estiveram — e nem estão — imunes à burocratização; institucionalização; acomodação; conciliação de classes; e reprodução de preconceitos de raça e sexo. Seria pueril considerá-las à margem dos desenvolvimentos políticos concretos, tanto quanto desconsiderar as pressões reais — estas sim objetivamente inevitáveis — que se verificam nesse rumo, principalmente quando se intensifica a institucionalização do processo político. Os comunistas precisam aprofundar os laços com o movi-

O projeto eleitoral deverá incluir candidaturas próprias do PCdoB aos executivos

mento real, em suas diversas variantes de causas, de formas de luta e organização. O Partido é o portador de um projeto político com o qual vai disputar corações e mentes desse amplo contingente social. Para isso, a construção partidária se assenta em seu projeto político, mas também em valores, a partir do próprio critério de militância, fator distintivo de um Partido transformador. Os comunistas devem intensificar o cultivo da disciplina consciente, da crítica e autocritica dos métodos e estilos de atuação entre as massas. Não aceitamos conviver com diferentes correntes no interior de nossas fileiras, nem com a formação de estruturas de poder internas à margem dos órgãos eletivos, a sobreposição de interesses de lideranças ao coletivo porque são questões que enfraquecem o projeto e a unidade partidária. Isso é, aliás, parte de nossa identidade, que buscamos valorizar politicamente no diálogo com a sociedade.

A esfera ideológica abarca, ainda, o próprio tema partido e sua indispensabilidade como polêmica central e aguda no atual debate teórico, ideológico e prático do movimento social. Há uma retomada da consciência crítica, patenteadas em múltiplos movimentos, e uma infinidade de manifestações, formas de luta e organização, da qual o Fórum Social Mundial é a expressão mais visível. Nele, a consigna de que "Um Outro Mundo é Possível" se opõe à globalização neoliberal e imperialista, e crescentemente se constrói uma consciência anticapitalista, dando margem a nova disposição de atuação por parte de amplos contingentes sociais em todo o mundo. Isso demonstra um espírito de luta, uma nova onda militante de variados matizes, formas e conteúdos. Nele, avulta a rejeição ao atual estado de coisas, sem, todavia, ter produzido uma estratégia de ação clara e unitária para a superação do capitalismo.

Destaca-se nesta questão a relação entre partido e movimentos sociais. As questões postas neste debate são a necessidade da luta pelo poder político, da conquista da força do Estado para impulsionar as mudanças necessárias; a centralidade do proletariado na luta anticapitalista; a possibilidade e a necessidade de superação do capitalismo. O "movimento dos movimentos", como estratégia, assenta-se na negação da centralidade e exigência de um partido político para a transformação social anticapitalista. Esses movimentos têm caráter setorial, parcializado, causas específicas. Ademais, a pregação em torno desses movimentos muitas vezes camufla a real intenção de erigir o próprio movimento em organização política, com normas e projetos próprios. Esse embate nos confronta com o terceiroismo — nem capitalismo, nem socialismo — no plano ideológico, e o possibilismo — reformar o capitalismo —, no plano político, marcantes ainda no cenário da luta social protagonizada pelos movimentos. Eles não alcançam cumprir o papel essencial da política: a disputa do poder de Estado que pode impulsionar nova forma de organização social. Contribuem, assim, para rebaixar o papel estratégico de um partido revolucionário e o próprio papel da política, como forma mais elevada da consciência social na formação de novos contingentes militantes.

É nesse quadro que se repõe a contenda da centralidade da questão partido, como instrumento articulador das exigências da luta anticapitalista, partido de vanguarda do proletariado, centro estratégico definidor da luta pelo poder político de Estado, indispensável ao processo transformador. Combatemos a crítica aos partidos revolucionários marxistas e a tendência por substituí-los pelos movimentos sociais. Estando em retomada a consciência crítica, mais que nunca se necessita de um instrumento político como o PCdoB, insubstituível para a luta por um projeto global de transformação social, que supere o sistema capitalista.

Não devemos retroceder aos primórdios da luta de classes, se já generalizamos a experiência histórica e erigimos uma teoria do partido revolucionário, que está em desenvolvimento permanente. Um partido de vanguarda do proletariado, marxista e transformador, de ação de massas, dotado de unidade de ação construída democraticamente, alimentado pela consciência, estruturado sobre os critérios de militância. Partido para alcançar o poder político e empreender a transformação social no rumo do socialismo. Um novo impulso na vida do PCdoB demanda participar dessa confrontação enriquecedora de idéias e práticas, reafirmando o primado da exigência e centralidade de

um Partido Comunista, marxista e leninista, de vanguarda, moderno. Isso nos exige, ao mesmo tempo, a compreensão dialética desses fatores, confrontando-os com a realidade contemporânea e as práticas e formas de consciência sociais.

No debate ideológico, o combate realizado aos partidos marxistas e leninistas se assenta, essencialmente, no estigma que se constituiu sobre essa concepção: organizações centralizadas burocraticamente, que sobrepõem a consciência ao movimento espontâneo, instrumentalizando os movimentos sociais e que põem a questão do poder de Estado como primária e anterior à práxis da transformação social. Práticas deformadas da experiência socialista do século XX e a constante propaganda anticomunista forneceram base para esse estigma. É indispensável, ao lado da reafirmação do primado do partido de tipo leninista, atualizar tais concepções, para superar limitações quanto à abordagem da realidade social de hoje, à ampliação do nosso diálogo com a sociedade e à interação com os movimentos sociais. Essencialmente, impõe-se o contínuo desenvolvimento do leninismo, rejeitando qualquer leitura mecanicista e reducionista de seu conteúdo, descondicionando os conceitos teóricos da experiência particular de determinados períodos históricos. Trata-se, então, de reafirmar de maneira atualizada essa concepção e refutar os estigmas.

É da compreensão dialética do leninismo que o movimento espontâneo é fonte indispensável da luta e alimentação da causa transformadora. O espontâneo é um momento primário do consciente; espontâneo e consciente se articulam necessariamente. O movimento espontâneo contra a exploração do capital só se desenvolve, e se afirma, articuladamente com um projeto político transformador viável — que exige a mediação consciente, vale dizer, da ciência social crítica. Essa ciência é o marxismo — desenvolvida por Lênin —, notadamente quanto à teoria do partido revolucionário. O consciente não se sobrepõe mecanicamente ao espontâneo na prática da luta social — deve fundir-se com ele para dar-lhe qualidade nova. Um não nega o outro; filosoficamente, o consciente é a negação da negação do espontâneo, superação dialética. Por isso, exigem-se mediações adequadas do partido revolucionário, visando construir sua hegemonia. Daí o papel pedagógico dos comunistas no seio dos movimentos, e dos movimentos para a experiência do militante comunista. Daí as exigências de profunda ligação com o movimento real e de um projeto político transformador viável. Os temas partidos e movimentos se imbricam dialeticamente; contradições entre eles existem, sem serem antagônicas. Ocorre unidade e luta na relação entre o Partido e as diversas formas de movimentos sociais da atualidade. Burocratização acontece quando é negada essa dialética, a organização passa a ser um fim em si mesma, e se desliga do movimento real, das autoproclamadas aspirações e anseios da massa de trabalhadores e do povo, cumprindo um papel de vanguarda. O Partido é o portador de um projeto revolucionário; aspira infundir consciência ao movimento real dos trabalhadores e das massas, construir a hegemonia dos trabalhadores no processo transformador, conquistar o poder político de Estado para erigir um novo regime social.

O Partido defende a autonomia dos movimentos sociais, busca desenvolver seu caráter

unitário em torno dos interesses fundamentais dos trabalhadores e do povo, esforça-se por politizá-lo no rumo da luta transformadora. Os comunistas, que desenvolvem a consciência da luta, buscam alimentar-se da prática desses movimentos e visam infundir-lhes, com mediações adequadas, o seu projeto transformador. É uma relação dialética de duas mãos, pedagógica e organizativa, prolongada e perseverante, principalmente nestes tempos de defensiva estratégica e de retomada da luta. O objetivo essencial é elevar o grau de consciência e organização do povo e fortalecer as convicções militantes; vingar e fortalecer a luta pelo projeto transformador do Partido e sua maior estruturação orgânica. Isso é o que corresponde à experiência brasileira, na qual movimentos sociais contribuíram com a luta política, possuem raízes na sociedade e acumularam uma vasta relação com os partidos progressistas. Cabe ao nosso Partido impulsionar essa experiência, debater a ligação entre as bandeiras específicas desses movimentos e as questões da luta transformadora, costurando uma aliança com o objetivo de ampliar as lutas sociais e elevar o nível de consciência popular.

Ao lado disso, tem centralidade também neste debate a questão dos chamados sujeitos históricos fundamentais da transformação. Várias correntes negam abertamente o papel do proletariado, com base na fragmentação e na precarização reais criadas pela reestruturação produtiva capitalista e a ofensiva do pensamento único neoliberal. Temos afirmado que segue sendo central o papel histórico potencial do proletariado. É nele que reside, enquanto classe, a possibilidade histórica da transformação social rumo a um novo regime, socialista. Entretanto, em meio a uma sociedade fragmentada e anômica, novas contradições emergem na vida social. Consciência transformadora se desenvolve em outros sujeitos participantes de causas variadas, expressa em movimentos de distintos matizes e formas. Isso não é negação do partido e do papel do proletariado; mas exige deles sensibilidades e mediações novas, para não se desligar do movimento real e para buscar repor a centralidade dos trabalhadores como base social essencial à vitória da causa transformadora. Exige, particularmente, um projeto político que reflita as aspirações e anseios dos trabalhadores, que o assuma como seu, em aliança com amplas massas populares, com a juventude e a intelectualidade avançadas. É a luta tenaz pela construção de uma hegemonia que possibilite retomar a onda transformadora.

O fortalecimento orgânico do PCdoB. O crescimento das fileiras do PCdoB deve ser levado a um patamar superior. A batalha pela legalização foi travada de modo muito prolongado, ao longo de quase dez anos, para se afirmar integralmente. Agora, nossas respostas precisam ser mais efetivas e rápidas. O Partido tem de ser massivo em sua força orgânica, com uma militância ampla, numerosa, extensa. Isto é o que atende às características de nossa sociedade, aos caminhos da luta transformadora e ao papel que precisa ser desempenhado por ele na atualidade. É parte da batalha pela construção da hegemonia. Propõe-nos novo estirão de crescimento partidário. As condições políticas do país permitem projetar esse salto.

O crescimento realizado nos últimos anos chegou a um teto provisório e há um claro movimento de entra-e-sai no contingente partidário. Falta organicidade às bases e a numerosos comitês intermediários e é muito reduzida nossa estrutura material e financeira. Ainda são insuficientes nossos esforços práticos relativos à construção do Partido na classe operária e entre os demais trabalhadores. São fenômenos que expressam a atual maturação de nossa corrente de pensamento e ação na sociedade brasileira. A hora é de ousadia para abrir nossas portas, aumentar o número de militantes, conquistar amplos contingentes de ativistas, fazer crescer a força dos comunistas no Brasil, sem perder de vista o papel do Partido enquanto vanguarda do proletariado, superar práticas estagnadas nesse terreno, estruturar mais larga e profundamente as organizações partidárias, conferir-lhes funcionamento mais permanente, principalmente nos grandes municípios do país. O objetivo é aumentar o volume de nossa força militante. O PCdoB pode atrair numeroso contingente de pensadores e ativistas, que nele enxergam o portador de um rico pensamento sobre o Brasil e a transição ao socialismo, combinação ausente em qualquer outra formação política do país. Pode atrair também os que despertam para a luta social e política, encorajados pelo novo ciclo aberto no país. Muitos outros o buscarão como legenda honrada para ingressar na vida pública. Podemos polarizar parcela significativa das forças avançadas do país e atrair aderentes em estratos da intelectualidade, dos militares, dos trabalhadores do mundo da ciência, tecnologia e cultura, interessados em abrir caminho a um novo Brasil.

Isso se dará em meio a forte competição, principalmente com o PT, que aparece aos olhos da sociedade como partido da esquerda e que busca acentuar sua marca ligada aos trabalhadores. Situa-se aí uma disputa estratégica, de mais ou menos larga duração, que nos exige permanentemente um esforço ativo de vincar marca classista. Os eixos fundamentais do crescimento estabelecidos no 10º Congresso permanecem válidos: esforço prioritário junto aos trabalhadores, à juventude e à intelectualidade avançada, nos grandes centros do país, a partir dos maiores municípios em cada Estado.

As demandas políticas e ideológicas exigem superar gargalos organizativos. Aqui também se faz necessário retomar reflexões de fundo. Quanto mais se impõe uma indagação de um caminho próprio para a transformação social em nosso país, tanto mais deve maturar a resposta sobre a adequação do Partido e as formas organizativas que assume. Nossa experiência será original, sem cópia de modelos. Nós a vimos perseguindo desde o 8º Congresso, na análise crítica da experiência de construção do socialismo no século XX e nos ensinamentos dela extraídos, recusando os modelos únicos e fixos de socialismo e de organização. Afirmamos o caminho de construir um PC marxista-leninista, de princípios, e moderno. Organizativamente, ele precisa se estruturar como um PC de massas. Isso nos exige dar mais passos e desobstruir caminhos. Subjetivamente, o Partido precisa se imaginar maior, descondicionar pensamentos que entravam a noção de uma organização política mais ampla e estruturada. Adequações organizativas são necessárias para atender essa necessidade.

Precisamos diversificar o perfil e o caráter da militância comunista. Estabelecer um diálogo mais aberto entre o Partido e a sociedade atual e suas relações de conflito. Vingar mais fortemente a corrente comunista no cenário político, social e cultural do país. Militância não deve ser supressão de inclinações e potencialidades pessoais. O militante é um cidadão, ou cidadã, com sua vida pessoal, familiar, profissional, acadêmica, subjetiva; seu papel social é enriquecedor da militância política. Ser militante é, mais precisamente, infundir os valores e o projeto do Partido à vida e lutas sociais nas quais se atua, em quaisquer graus e níveis. Visamos manter o valor central da opção militante: o compromisso de estar de acordo com o Programa e Estatutos, de cumprir as decisões tomadas coletiva e democraticamente, pertencer a uma das organizações partidárias e contribuir com a sustentação do Partido. Devemos debater como incorporar efetivamente cada militante nas decisões dos rumos coletivos, com os distintos níveis de envolvimento individual, e adequarmos-nos a esse mosaico militante, segundo o nosso projeto em cada situação concreta.

Em correlação a isso, devemos diversificar o perfil e o caráter de nossas Organizações de Base, de modo a refletir mais profundamente a complexidade das condições e relações de conflito social e as potencialidades da ação de cada militante. O 10º Congresso sistematiza algumas dessas características. Em nosso país continental, são muito variadas as expe-

Mais do que nunca, é necessário um instrumento político como o PCdoB, insubstituível

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O Partido precisa de todos os quadros formados no seu pensamento

riências sociais. Infere-se que as organizações do Partido devem refletir pela base essas diversidades e exigências. São, ao lado do perfil e caráter da militância, matérias a serem estudadas e levadas ao 11º Congresso, com as eventuais adaptações estatutárias e regimentais que reclamem.

Ponto central da estruturação orgânica partidária, ainda na atual fase, é a consolidação de órgãos dirigentes, principalmente nos grandes municípios e Estados, no sentido de colocar o Partido à altura dos desafios do momento. Será fruto de uma nova acumulação

de forças militantes, mas exigirá também romper com práticas limitadas características de outros tempos e outras exigências. O essencial é compreender que direções capazes e respeitadas são uma construção do coletivo e demonstração de consciência política avançada quanto ao caráter de nossa luta. Exige-nos concepções, métodos e estilos adequados à extensão dos papéis, funções e feições de que o Partido precisa desenvolver. Direções partidárias devem ser colegiadas. Neste sentido, também as comissões auxiliares têm importante papel a cumprir, seja no reforço de nossos quadros, seja na elaboração e encaminhamento de nossa política. Nas condições atuais, é falsa a dicotomia entre dirigentes e lideranças públicas. As lideranças partidárias não devem se sobrepor às direções, mas sim integrá-las, com iguais direitos e deveres entre todos. As funções e papéis dos dirigentes executivos precisam ser valorizados e adquirir dimensão pública, tendo apoio de trabalho auxiliar, como é verificado na atividade parlamentar. É necessário fortalecer e respeitar a institucionalidade, aprimorando a democracia e a unidade da vida partidária. O centro de gravidade do trabalho de direção precisa ser levado aos plenos dos comitês e suas respectivas comissões políticas. O trabalho das secretarias é indispensável, mas deve integrar, e não se sobrepor, ao processo de direção. Vamos instituir alternância formal nos cargos de direção, para superar práticas atrasadas de dirigentes quase vitalícios. Deve ser combatida a tendência a um papel excessivamente centralizador de um, ou poucos, dirigentes, na condição de "provedor geral", que acaba conduzindo a um trabalho estreito, enfraquecido, acomodado, conciliador ou burocratizado. São sobrevivências de noções estreitas de núcleos dirigentes, próprias de outro tempo, que muitas vezes estiolam a atividade. Ao mesmo tempo, não se pode admitir o outro extremo, que é a direção omissa, não cumprindo o seu papel, sendo necessária uma atenção especial aos critérios partidários quando da renovação das direções e promoção de quadros. Devemos revigorar a vida interna partidária, zelando pelo funcionamento desde a base, sobretudo entre os trabalhadores, construindo uma dinâmica institucionalizada, pondo os rumos do Partido efetivamente nas mãos do coletivo.

A política de quadros precisa ser atualizada, em sintonia com essas exigências. Quadros não são apenas os que atuam em tempo integral em atividades dirigentes. O Partido precisa de todos os quadros formados no seu pensamento, quer estejam à frente de atividades dirigentes executivas, quer estejam na ação parlamentar ou de governo, na vida científica, técnica ou profissional ou com outros condicionamentos. Particularmente nesta fase, ele precisa de uma infinidade de quadros técnicos, assessores, consultores. Por sua vez, tais quadros precisam encontrar as formas de integrar-se mais ao projeto partidário, para cumprir o papel de intelectuais orgânicos. Exige-se largueza de visão de parte a parte para considerar o aporte que podem trazer. Assim, deve-se superar o falso antagonismo entre as exigências e a disposição, ou disponibilidade, dos quadros. Haverá quadros profissionalizados em tempo parcial, em tempo determinado, quadros semiprofissionalizados e quadros não profissionalizados, também indispensáveis. Isso exige a mediação de projetos políticos concretos — para cada caso — numa orquestração de esforços por alcançar o objetivo dos comunistas em cada situação, dinamicamente definida. Tais quadros precisam ser trazidos à esfera dos comitês dirigentes, visando intensificar essa relação dialética. De outra parte, os quadros dedicados integralmente ao trabalho partidário, os funcionários revolucionários, seguem sendo indispensáveis. Mas eles também precisam ter condições para renovar sua formação, atuar mais intensamente nos seus papéis sociais. A política de profissionalização precisa ser reequacionada, de modo a conferir horizontes mais estáveis — material e politicamente —, à atividade desses quadros e, também, a produzir definição mais demarcada de condições de tempo e projeto nessas situações, possibilitando alternância na atribuição desses papéis de profissionais.

A situação reclama desenvolver as bases de sustentação material do Partido. O sistema de contribuição militante deve assumir um caráter marcadamente político: vincular direitos militantes ao cumprimento do dever de sua contribuição ao Partido. Essa é uma batalha prolongada, pedagógica e ideológica, feita por etapas, essencialmente política: convocar a militância a definir e realizar o projeto partidário. Não se vencerá essa batalha sem persistência das instâncias dirigentes, e sem reforçar a organicidade pela base. É um dos maiores fatores de atraso na vida partidária, que expressa o grau de maturidade de nossa corrente de pensamento e ação, e que condiciona o desenvolvimento de nosso papel no cenário político. Ao lado disso, é também de ordem política o desafio de pôr a questão da sustentação material em primeiro plano de nossas atividades dirigentes. Sustentação material é fruto de nossa ação política, das amplas bases sociais mobilizadas por nossa orientação na presente luta que travamos. Precisa ser alvo de esforços especializados, concentrados e cotidianos, buscando viabilizar projetos do Partido, realisticamente definidos. Essa é uma das principais deficiências de nossas atividades dirigentes e da atividade de nossas lideranças. Expressa uma visão idealizada e espontaneísta da luta em que estamos envolvidos. É possível e necessário equacionar o problema material de nossa atividade sem abrir mão de nossos princípios e valores. É preciso debater em todas as instâncias partidárias a questão das finanças.

Na esfera da comunicação, devemos promover a mais ampla democratização das informações partidárias, bem como a divulgação, para milhões, das idéias e bandeiras de nosso projeto. O caminho é fortalecer um sistema nacional de comunicação que tem seu instrumento mais dinâmico no Portal do PCdoB; porém, requer também o relançamento d'A Classe Operária, órgão central do PCdoB, com um projeto jornalístico de vanguarda, formador de consciências, orientador do Partido e das massas, com os recursos, periodicidade — num primeiro momento passando de mensal para quinzenal — e um sistema de distribuição compatível com este caráter. Compreende também a combinação de iniciativas regionais de agitação e propaganda e as cadeias nacionais e estaduais de rádio e TV, aí incluindo campanha nacional de filiação e campanhas publicitárias; o fortalecimento da revista teórica *Princípios*; e a utilização de outros instrumentos ligados a nosso trabalho parlamentar, institucional, de massas e outros. O Partido, amparado em pesquisas sobre a sua imagem, precisa falar mais com a sociedade.

O PCdoB tomará iniciativas no sentido de desenvolver práticas comuns e criar espaços de debate político e ideológico, num espírito de unidade e camaradagem, com os integrantes do PC Brasileiro. A divisão em duas legendas na década de 60 do século passado é fato que pertence à história do movimento comunista brasileiro. As razões que a motivaram radicam nas irrepetíveis circunstâncias que condicionaram o movimento comunista mundial



A 9ª Conferência mobilizou 24.259 comunistas em 27 estados e elegeu 266 delegados para a plenária final

e a vida interna do Partido Comunista no Brasil na segunda metade do século passado. Estamos convencidos de que esses entendimentos e essa aproximação conduzirão ao fortalecimento do movimento revolucionário em nosso país.

Os planos de estruturação partidária são a tática atual para abordar a questão do fortalecimento do Partido. Tais planos tinham duas dimensões: 1) superar as defasagens verificadas nas esferas ideológica e organizativa; e 2) superar o espontaneísmo na sua construção, erigindo o planejamento como mote. Na prática, são cinco anos de esforços. Permanece, com força, a dimensão "plano" e enfraqueceu-se a dimensão "superação das defasagens". Isso confere às discussões sobre o PEP um caráter administrativo e até burocrático, distanciado de seu papel essencial. Para a etapa imediata, em curso, a centralidade está no papel político e crescimento militante do PCdoB, sobretudo entre os trabalhadores e o povo, consolidando comitês

O Partido deve estar ainda mais ativo na luta política e teórica

nos maiores municípios, mais uma vez colocando o vetor político no centro de sua aplicação. Devemos retomar e acelerar os planos formulados no IV PEP em cada Estado. Entretanto, em razão das novas condições, cabe à direção nacional impulsionar a nova potencialidade que se abre para o seu desenvolvimento. É na sua capacidade realizadora que reside o principal do novo estirão a perseguir na atividade partidária. Neste sentido, são objetivos imediatos: estruturar a Escola Nacional; lançar o papel do Instituto Maurício Grabois (IMG) como instrumento da luta de idéias; dar novo impulso ao Portal e relançar A Classe Operária quinzenal; organizar campanha pela sede própria nacional; realizar pesquisa nacional sobre o Partido; instituir novo sistema nacional informatizado que permita o recadastramento geral da militância; e modernizar o gerenciamento partidário, instituindo técnicas de planejamento estratégico. O centro da atual etapa, cumprindo o final do IV PEP, é a realização exitosa desta Conferência Nacional, envolvendo o conjunto da militância na definição dos rumos do Partido. No curso de seus debates, devemos dar um balanço crítico nos desempenhos desses planos ao longo dos últimos 5 anos, e decidir as bases, oportunidade e formas que pode assumir um novo Plano, a ser formulado no âmbito das Conferências Ordinárias Estaduais deste ano.

O PCdoB chegou ao seu 81º ano de existência, e 41º de reorganização tendo alcançado vitória expressiva na consecução dos objetivos traçados em seu último Congresso. Nesta fase, o Partido precisa ser ainda mais ativo na luta política e teórica, bem como na luta social. Quer, por isso, se defrontar com a necessidade de ser um partido mais forte e estruturado, com uma musculatura mais desenvolvida, que se expressa numa militância mais numerosa, bases mais extensas, comitês mais estruturados pelo país adentro. São os desafios da atual etapa. Precisamos estar à altura de vencê-los.

HOMENAGEM

Viva Marx!

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

Há 120 anos, no dia 14 de março, morria em Londres Karl Marx. Foi uma grande perda para os trabalhadores de todo o mundo

Durante a cerimônia fúnebre de Karl Marx, seu amigo e camarada de toda a vida, Friedrich Engels, depois de assinalar que o grande filósofo e dirigente político do proletariado mundial “morreu honrado, amado, pranteado por milhões de militantes revolucionários desde as minas da Sibéria passando por toda a Europa e América até a Califórnia”, vaticinou: “Seu nome sobreviverá pelos séculos e sua obra também”.

Marx foi o fundador do socialismo científico e do materialismo dialético e histórico, mestre e dirigente do proletariado mundial. Viveu 65 anos incompletos, mas viveu plena e intensamente. Dedicou sua vida a uma causa profundamente humanista. “Nada do que é humano me é estranho”, era a sua máxima. Ainda jovem, mergulhou no estudo das humanidades – filosofia, direito, história, economia. Publicista de raro talento aos 24 anos, quando trabalhou na *Gazeta Renana*, um jornal democrata-radical de Colônia, Alemanha, expôs pela primeira vez a idéia da liquidação, pela via revolucionária, da propriedade capitalista.

Mais de um século depois, os comunistas de todo o mundo rendem justa homenagem a este que foi um gigante do pensamento revolucionário, o fundador de uma ciência e uma doutrina que deu ao proletariado uma arma gnosiológica capacitando-o a transformar o mundo. Ao fundar o socialismo científico, Marx promoveu a mais radical viragem na concepção da história, desvendou o papel do proletariado, demonstrou cientificamente que o capitalismo é um sistema condenado ao desaparecimento e descortinou um novo caminho para o futuro da humanidade – a construção de uma sociedade nova, a sociedade socialista.

O nosso Partido, com uma trajetória de mais de oito décadas, profundamente enraizado no solo nacional, consciência das suas elevadas responsabilidades políticas perante o povo e o país, não perde de vista – e nisto está um traço distintivo fundamental de sua identidade – que sua existência está ligada ao nome e à obra de Karl Marx. O programa concreto do PCdoB, os caminhos práticos que percorremos na luta pela emancipação nacional e social não seriam possíveis não fossem as referências metodológicas e teóricas de Marx e nossa definição como partido marxista e leninista. Por isso homenagear Karl Marx na passagem do centésimo-vigésimo aniversário do seu desaparecimento, além de ser um justo tributo que a geração atual dos comunistas paga a um dos maiores vultos da história da humanidade, é também um momento propício para reafirmar nosso caráter de classe e nossa índole revolucionária e internacionalista.

A atual geração de lutadores pelo socialismo enfrenta tempos difíceis. A cortina cinzenta da reação muitas vezes impede-nos de mirar à janela, vislumbrar o horizonte, ter uma ampla perspectiva de visão. Depois da queda de grande parte das experiências de construção do socialismo no final do século passado, com os escombros do muro de Berlim ruíram também muitas convicções. Com a dissolução das conquistas políticas, econômicas, sociais e culturais alcançadas pelo proletariado à custa de ingentes sacrifícios, dissiparam-se também compromissos com a causa revolucionária e o projeto emancipador dos trabalhadores e todos os oprimidos. Criou-se um ambiente de desorientação, apatia, perda de referências e derrotismo no qual se tenta cobrir com o pó do esquecimento o marxismo, tido como doutrina superada, por conseguinte, inútil.

Mas os comunistas nos recusamos a participar do coro e ousamos dizer: a doutrina de Marx é jovem e imortal. Longe de a descartarem, as tempestades que se abateram sobre o mundo nestes 120 anos, apontam para a confirmação dos seus postulados fundamentais. Profundamente crítica e antidogmática por ser científica, a doutrina de Marx se desenvolve e enriquece a partir da experiência histórica.

A validade e a vigência do marxismo, desenvolvido e enriquecido, primeiramente por Engels e Lênin, depois por outros importantes dirigentes intelectuais e práticos do movimento operário, se revelaram através da vivência do movimento operário e comunista da segunda metade do século 19 e ao longo de todo o século 20. Ainda hoje, quando a noite dos tempos se prolonga aumentando as angústias da humanidade, se o proletariado revolucionário e seu partido de vanguarda quiserem superar revolucionariamente o capitalismo para viver a aurora de um mundo de liberdade, abundância, progresso e justiça social, será no pensamento de Marx que encontrarão o guia para a ação. As condições históricas em que Marx viveu, lutou e elaborou sua teoria são inteiramente distintas das atuais e em todos os seus aspectos irrepetíveis. Mas o domínio da essência científica e revolucionária do marxismo e seu ulterior desenvolvimento em interação com as novas condições históricas são indispensáveis à ação de um partido e um movimento com caráter de classe e o objetivo estratégico de conquistar o socialismo.

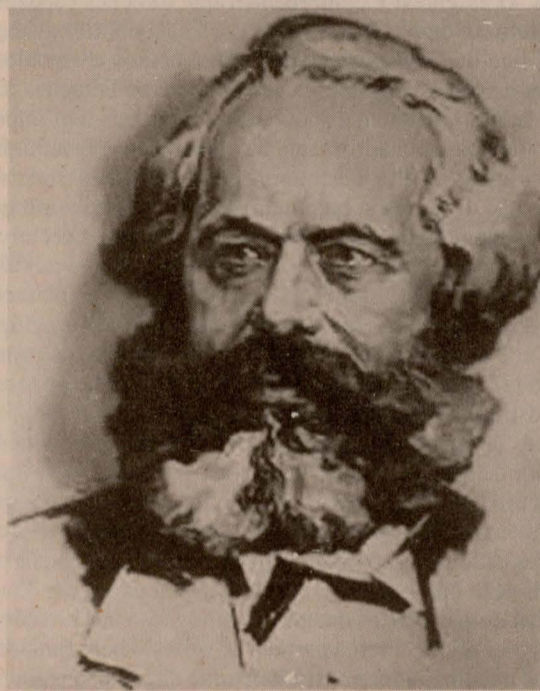
Muito mais do que na época em que viveu, mais ainda do que no período glorioso da Revolução Russa ou na época de ouro da construção do socialismo numa vasta área geográfica do planeta, é justo dizer, por paradoxal que pareça, que nos tempos atuais o mundo se move no sentido apontado por Marx. O sistema capitalista se debate em crises terribéis e caminha para a decomposição. A realidade atual desse sistema, com suas crises contínuas, com o estancamento e a queda da produção e da demanda, com o desemprego crônico e em massa, com as crises financeiras e cambiais, os déficits nas balanças comerciais e de pagamentos, com as dívidas internas e externas aumentando em flecha, com as crises energética e ambiental, mostra que as chagas do capitalismo são incuráveis, que só podem desaparecer com o próprio desaparecimento do capitalismo. A bárbara exploração dos trabalhadores e a ameaça constante de guerras criaram uma situação intolerável para os povos. Nunca a polarização social foi tão acentuada, nunca as condições de vida das massas trabalhadoras tão indignas. Numa situação como esta, os comunistas temos na obra genial de Marx um manancial de idéias capaz de infundir

nos povos, nos homens e mulheres progressistas clareza de visão, compreensão dos problemas, otimismo e confiança. Tal como no século 19, no limiar do século 20 e em todo o seu transcurso, seu pensamento inspirou as grandes revoluções e forneceu instrumental teórico e metodológico para a segura interpretação dos acontecimentos, também agora, esta geração de revolucionários terá no marxismo, enriquecido pelo crivo da experiência histórica, uma fonte ainda mais abundante de ensinamentos e inspiração.

Ao homenagear esta figura ímpar do pensamento progressista, é imperioso refletir sobre o porquê de sua obra ter alcançado tanta magnitude e permanência.

O nome de Marx entrou e ficará na história devido a três grandes descobertas que, consideradas em seu conjunto harmonioso, constituem uma verdadeira revolução no pensamento social.

Marx assimilou de maneira crítica a herança filosófica do passado e criou uma nova filosofia, o materialismo dialético. Tudo o que foi racional, humano, moderno e cria-



Karl Marx: vida e obra revolucionárias

dor foi assimilado criticamente por seu pensamento agudo, o que serviu de base para a formação de um corpo integral e científico de idéias. Sua concepção materialista da história proporcionou ao proletariado e ao partido comunista um poderoso instrumento para o conhecimento e a transformação da sociedade. Suas descobertas no domínio filosófico proporcionaram à ciência a teoria e método para o apropriado estudo, interpretação e transformação do mundo. Contando com a colaboração de Engels, escreveu obras fundamentais em que expôs com clareza essa inovadora concepção de mundo, entre as quais destacamos “A Sagrada Família”, “A Ideologia Alemã”, “Miséria da Filosofia” e “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”.

A segunda descoberta foi a economia política, na qual também assimilou as aquisições da

economia política clássica. Produziu a mais monumental obra que jamais o gênio humano fez nesse domínio – “O Capital” – na qual toma conteúdo e forma a economia política científica com sua pedra angular – a teoria da mais-valia. Com isto, Marx descobriu o “segredo” da exploração capitalista e destrinchou o mecanismo interno do funcionamento da sociedade capitalista.

A terceira descoberta foi o socialismo científico, que também incorporou as anteriores doutrinas socialistas, o socialismo utópico, e ao mesmo tempo rompeu com elas criticamente. Deve-se a Marx a transformação do socialismo de utopia em ciência. Foi o que abriu novas perspectivas à luta pela emancipação do proletariado – a conquista do socialismo e da sociedade sem classes, o comunismo. Momento alto do labor teórico de Marx, também em parceria com Engels, foi o “Manifesto do Partido Comunista”, que veio a exercer influência decisiva no movimento operário e comunista embrionário de meados do século XIX, marcou época e atravessou os tempos. Aqui toma forma o socialismo científico, com teses como a de que a luta de classes é o motor da história, sobre a missão histórica do proletariado de derrocar o capitalismo, construir o socialismo, libertar-se a si mesmo e, assim fazendo, emancipar o conjunto da humanidade. É ainda no *Manifesto* que encontraremos as primeiras indicações acerca da necessidade de o proletariado se erigir em classe dominante através de uma organização estatal e sobre o papel de vanguarda do partido comunista.

A história conhece Marx não só como pensador, mas também como revolucionário, como alguém que combateu durante toda a sua vida em favor do movimento operário, como conselheiro e dirigente. Jamais foi um dilettante ou pensador de gabinete, mas se entregou de corpo e alma à materialização de suas idéias. Engels, que o conhecia melhor do que qualquer outro, disse a esse respeito: “A luta era a paixão de Marx. E lutava com tanto ardor, com tanta perseverança, com tanto êxito, que são poucos os que lutaram como ele”. Era precisamente da luta dos trabalhadores que Marx extraía suas conclusões teóricas. Foi um analista agudo dos grandes acontecimentos de seu tempo, a partir de cujas observações e interpretações produziu obras-primas como “As lutas de Classe na França” e “A Guerra Civil na França.” Ele próprio disse que cada passo adiante no movimento operário real é mais importante do que dezenas de programas.

O marxismo trouxe novos elementos às ciências sociais para compreender o processo histórico mundial. A interpretação materialista da vida social, a explicação da anatomia da economia capitalista e das contradições insanáveis desse sistema levaram Marx à conclusão no século 19, quando a burguesia acabava de chegar ao poder e as bases do sistema capitalista pareciam inamovíveis, de que estava a humanidade no limiar de uma nova época – a época das revoluções dirigidas pela classe operária. Desde então, de maneira sinuosa, zigzagante, intermitente, mas historicamente irresistível, o movimento operário das massas deu o tom a um inteiro período histórico desde a insurreição parisiense de junho de 1848 e a Comuna de Paris, em 1871,



José Reinaldo: marxismo mantém atualidade

até as grandes revoluções do século 20, dentre as quais a mais destacada pelo sentido histórico universal foi a Revolução Socialista de Outubro de 1917 na antiga Rússia.

A lógica férrea do pensamento de Marx descobriu e demonstrou, não como fatalismo, mas como lei objetiva tendencial, que o desenvolvimento da sociedade capitalista leva à sua substituição pelo socialismo, embora isso não ocorrerá espontaneamente. A inexorabilidade dessa lei objetiva depende da entrada em ação do fator subjetivo – a atividade transformadora e revolucionária das massas trabalhadoras e de um partido comunista suficientemente ligado a elas, capacitado política e teoricamente a jogar um papel à altura de tamanha tarefa histórica.

A revolução e a própria construção do socialismo – isto a história o demonstrou sobejamente, inclusive com as derrotas que o socialismo sofreu no final do século passado – não constituem um ato único. Trata-se de um processo mundial para o qual convergem grandes correntes objetivas – a luta da classe operária por direitos sociais e políticos, as lutas dos povos oprimidos pela sua soberania econômica e política, contra o imperialismo, os movimentos políticos, sociais e culturais por democracia, direitos humanos, igualdade de gênero e raça, em defesa do meio-ambiente, os movimentos pela paz etc. Quanto ao socialismo, Marx não tinha elementos para prefigurar como seria a sociedade do futuro. Mas deixou indicações de que a luta pela nova sociedade seria relativamente longa e comportaria etapas de transição.

Marx foi um internacionalista, concebia a força dos trabalhadores na sua solidariedade internacional de classe. Por isso, juntamente com seu amigo Engels, fundou a Associação Internacional dos Trabalhadores, que depois passou à história como Primeira Internacional. Podemos mesmo afirmar que Marx foi, além de seu participante ativo, um inspirador e dirigente, como o foi também dos primeiros partidos revolucionários que tornaram suas as idéias do socialismo científico. Desde que constou do programa fundador do socialismo científico há mais de um século e meio, a palavra de ordem “Proletários de todos os países, uni-vos!” mantém toda a atualidade.

Marx foi um homem de princípios e submeteu à crítica demolidora as velhas correntes do socialismo pequeno-burguês. Sabia que para forjar um partido à altura de uma missão histórica tão elevada quanto era conduzir a luta do proletariado pelo socialismo, a clareza e a firmeza quanto aos princípios era fundamental. Por isso, no famoso texto “Crítica ao Programa de Gotha”, aconselhou os sociais-democratas alemães – que eram os revolucionários de sua época – a não transigir com os princípios diante da imperiosa necessidade de concertar alianças para fazer avançar o movimento concreto. “Fazei acordos para atingir os objetivos práticos do movimento, mas não vos permitais o tráfico com os princípios”, aconselhava Marx aos dirigentes do partido social-democrata alemão, o primeiro partido operário de massas na já longa história do movimento operário mundial, num momento em que aquele se preparava para dar um salto qualitativo no desempenho de suas tarefas.

Como publicista e jornalista militante, Marx foi o cérebro e a alma da *Nova Gazeta Renana*, jornal revolucionário que usou como tribuna para a difusão das idéias transformadoras. Quando as circunstâncias obrigaram o jornal a silenciar suas máquinas e deixar de circular – “Fomos obrigados a entregar a fortaleza”, dissera Engels – Marx pediu ao poeta Ferdinand Freiligracht, seu amigo e colaborador do jornal, que eternizasse em versos a determinação de voltar e continuar a luta. Nesta quadra histórica, em que muitas fortalezas caíram, seja esta homenagem a Karl Marx, a nossa determinação de continuar a luta, fazendo nosso o brado do poeta alemão:

*“Adeus, adeus, mundo combatente!
Adeus, exército pelejante,
Adeus, campo sujo de pólvora
Adeus, pois, gládios e lanças”*

*“Adeus, mas não para sempre!
Porque não matarão o espírito, ó meus irmãos!
Em breve me levantarei nas alturas,
Em breve regressarei”*

“Pela palavra, pelo gládio, no Danúbio, no Reno (e eu me permito acrescentar: no São Francisco, no Paraná, no Ribeira, Tietê e Guaíba, no Amazonas, Tocantins e Araguaia),

*Por toda a parte serei a companheira fiel
Do povo que esmaga o trono,
Serei a proscrita, a rebelde”.*

Camaradas, assim será o Partido dos Marxistas!
Viva Marx!

*vice-presidente e secretário de Relações Internacionais do PCdoB; intervenção especial na 9ª Conferência Nacional do PCdoB, Brasília, 28 de junho de 2003

9ª CONFERÊNCIA

Entusiasmo militante do PCdoB

O auditório Nereu Ramos ficou lotado para o ato político de abertura da 9ª Conferência Nacional do PCdoB, em Brasília, dia 26 de junho, com uma unanimidade: trabalhar pelo êxito do governo Luiz Inácio Lula da Silva e por um projeto de retomada do desenvolvimento econômico como questão política central.

Cerca de 500 pessoas presentes ao evento tornaram pequeno o auditório da Câmara Federal. Compuseram a Mesa diversas autoridades, dirigentes de entidades sindicais, estudantes, populares, de mulheres, lideranças de partidos políticos e os embaixadores da China, Vietnã, Cuba e Palestina. Entre as autoridades estavam o ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, a prefeita de Olinda, Luciana Santos, a vice-prefeita de Fortaleza, Maria Isabel Lopes, o líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB/SP), o líder do PT, deputado Nelson Pellegrino (BA), que, também, representou o presidente Lula na reunião, e o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT/SP). A solenidade foi presidida por Haroldo Lima, vice-presidente do Partido.

Em nome do presidente Lula, o líder petista Nelson Pellegrino (BA) destacou que o presidente da República considera o PCdoB um aliado importante e fundamental. “O Partido foi nosso parceiro de primeira hora desde a campanha de 1989 e o é no dia-a-dia do processo político”, completou. Ao concordar com a avaliação do presidente nacional do PCdoB, Pellegrino afirmou que o governo não decepcionará o Partido e muito menos o povo brasileiro. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT/SP), salientou que as propostas da Conferência do PCdoB em muito podem contribuir para a elaboração de uma nova política de crescimento econômico. “Tenho certeza que nós vamos fazer o projeto do governo Lula dar certo”, disse.

Entremeados por palavras de ordem, o ato teve um tom emotivo durante a cerimônia de homenagem ao camarada João Amazonas. O registro de passagem de um ano de falecimento do presidente de honra do Partido foi feito pela deputada estadual Jô Moraes (PCdoB/MG). Logo depois foi apresentado um vídeo com a trajetória de luta do histórico dirigente comunista. “João Amazonas! Bravo companheiro! Eterno herói do povo brasileiro”, entoaram os presentes.

No dia seguinte, os 332 delegados e 32 convidados iniciaram o debate circunstanciado da linha política que deve pautar o Partido dos comunistas para “construir o novo tempo” do governo Lula, conforme o lema da Conferência. Os participantes vieram de todos os 27 Estados do país. Pertencem a diferentes gerações de comunistas e vêm das mais variadas parcelas do povo trabalhador.

Até o último dia dos trabalhos, foram recebidas 23 emendas abarcando 27 proposições para 25 parágrafos. Outras duas emendas vieram da própria Comissão de Sistematização, corrigindo encaminhamentos aprovados pelo CC e que não foram contemplados no texto.

Em uma breve introdução, a Comissão, eleita no início dos trabalhos avaliou que “há uma grande unidade em torno do documento, e a preocupação legítima e participativa de aperfeiçoá-lo e dar-lhe maior precisão”.

No encerramento dos trabalhos no 3º dia, aconteceu a apresentação do trailer do filme do cineasta Ronaldo Duque sobre a Guerrilha do Araguaia. Foram quinze minutos de projeção sobre a produção do filme *A Conspiração do Silêncio*. O filme lança luz sobre um fato histórico importante do processo político brasileiro; mostra a história do lado da resistência armada à ditadura, história que em boa parte ainda está por ser contada à sociedade. A Conspiração



Mesa que dirigiu os trabalhos da Conferência

do Silêncio, cuja narrativa se dá a partir do personagem do Padre Chico, um religioso francês que chegou à região no início do anos 60 e mantém intensa correspondência com sua irmã que vive na França.

A sessão final da plenária, no domingo, contou com a presença do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que fez uma saudação aos participantes. ouviu do presidente do Partido, Renato Rabelo, a opinião dos comunistas sobre as reformas e sobre a necessidade de fazer do governo Lula um governo vitorioso.

Dirceu falou da “importância histórica do PCdoB”: “Sem o PCdoB nós não estaríamos onde estamos hoje; falo isto do fundo do coração e da minha consciência revolucionária”. Historiou a trajetória da aliança entre as duas legendas, desde os anos 80 até a vitória de outubro último, declarando que, “no fundamental, durante estes anos, fomos nos encontrando”.

Para o chefe da Casa Civil, “a questão nacional é decisiva”, mas também “muito complexa”, por depender de alianças interclasses, apresentar-se em cada país de modo específico e, mais ainda, por desenvolver-se hoje num mundo sob hegemonia dos EUA.

Renato Rabelo respondeu dizendo que “apreciamos muito esta oportunidade de intercâmbio e troca de opiniões” e que “participamos do governo porque temos a consciência de que uma derrota do governo seria uma derrota nossa”.

Haroldo Lima, que presidiu a mesa da Conferência pôs em votação o documento e a proposta de modificações, que foram aprovadas por unanimidade.

Na sua fala de encerramento, Renato Rabelo destacou a “vitória retumbante” da reunião, a conquista de um documento que é a “base política fundamental para a orientação do Partido nesta nova situação”. Rendeu homenagem também aos quadros do Partido, citando-os como “o nosso maior capital”.

A Conferência se encerrou com uma homenagem apresentada por Vital Nolasco, aos companheiros e companheiras que realizaram tarefas de apoio à realização vitoriosa da reunião.

Ao final dos trabalhos, o Comitê Central se reuniu para, conforme o Estatuto do PCdoB, ratificar as resoluções da Conferência Nacional.

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL

A CLASSE OPERÁRIA

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

PCdoB
Proletários de todos
os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

Cheque nominal
 Dinheiro
 Cartão de crédito OC OD OV OA
Nº.: _____
Validade: ____/____/____ (MÊS/ANO)
 Vale postal nº. _____
 Depósito em conta corrente
Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____
E-mail: _____
Profissão: _____ Data de nasc.: ____/____/____

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaia, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP: 04020-000
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/class - Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Data de assinatura: _____ Ed. final nº.: _____
Edição inicial nº.: _____

A história do jornal dos comunistas

CARLOS POMPE

O jornalista Apolinário Rebelo lançou, dia 25 de junho, em Brasília, o livro *A Classe Operária – Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional*. É o primeiro livro a relatar a história do jornal *A Classe Operária*, órgão central do Partido Comunista do Brasil, em circulação desde 1º de maio de 1925.

Apolinário remonta aos primeiros passos do movimento operário no Brasil na virada do século 18 para o século 19. Relata a fundação do Partido Comunista e as condições em que foi criado o jornal. Mostra a influência das opiniões de Karl Marx e Lenin e as idéias sobre o papel organizativo, político e ideológico de um jornal comunista para a transformação ou revolução social.

O livro traz a opinião política dos comunistas em seus 81 anos de história, relatada nas páginas do jornal. Mostra a luta contra a censura durante o Estado Novo (1937/1945) e o Regime Militar (1964/1985). Traz um caderno de fotografias, reproduzindo edições do jornal de várias décadas do século passado até números recentes. Narra episódios heróicos, como o do militante que, após o golpe do Estado Novo, em 1937, se viu cercado pela polícia na casa onde funcionava a gráfica, dinamitou a impressora e a casa e saiu pela janela trocando tiros com a polícia, até ser morto.

Na opinião do professor Luís Fernandes, do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ e do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense-UFF, “o livro de Apolinário Rebelo nos permite, assim, recompor a história do amadurecimento político dos comunistas brasileiros — com toda a sua carga de sofrimento, heroísmo, derrotas, divisões e realizações — através das páginas do seu principal veículo de organização e divulgação: o jornal *A Classe Operária*. Como o Partido Comunista é a organização política mais antiga em atividade no país, trata-se de importante contribuição não só para a história da comunicação no Brasil, como para a nossa própria história política. Para os comunistas brasileiros trata-se, ademais, de leitura impres-

JORNAL CLASSE OPERÁRIA

Apolinário Rebelo

Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional



A história do primeiro jornal comunista, *A Classe* nos anos 1920 e a edição especial para a 9ª Conferência, em 2003

cindível para refletir sobre os desafios da comunicação e da organização coletiva na nova etapa da luta pela hegemonia política no país, em que, pela primeira vez na sua história, o Partido Comunista integra o governo nacional”.

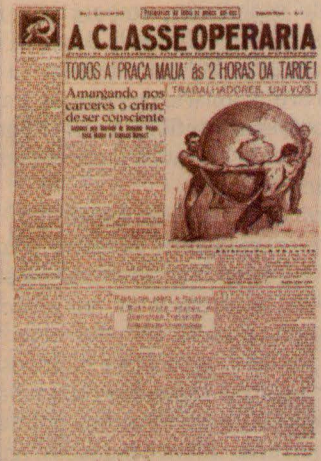
No obra, que inicialmente foi monografia de conclusão ao curso de jornalismo, Apolinário reúne material e referências bibliográficas “para novas

e mais profundas viagens nesse vasto e rico terreno que é a imprensa comunista no Brasil”, informa o autor: “Não só *A Classe Operária*, que é o órgão mais perene e importante, mas os jornais diários em várias épocas, os jornais específicos de jovens, mulheres, camponeses e de outros setores ou categorias sociais”.

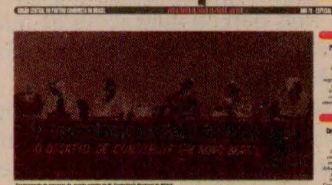
Apolinário destaca que a imprensa comunista, “numa época de monopolização e ofensiva política nunca vistas no campo das idéias, resiste, persiste e insiste, dando uma prova cabal de que o socialismo não morreu, mesmo porque o capitalismo permanece vivo, concentrando riqueza, poder e progresso tecnológico nas mãos de poucos países e mantendo as suas contradições, que agravam a exclusão social, o desemprego, promovem o desenvolvimento desigual entre nações e continentes e ampliam a miséria de milhões de seres humanos”.

O livro aborda também os principais meios de comunicação do país e seus vínculos e interesses políticos e sociais. *A Classe Operária – Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional* torna-se, assim, fonte de consulta e de reflexão para todos os que atuam e se interessam pelos caminhos do movimento popular brasileiro.

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi, rua Monsenhor Passalacqua, 158, São Paulo/SP, CEP 01323-010, fone 11 3266-4312, livraria@anitagaribaldi.com.br. O livro tem 112 páginas e custa R\$ 15,00 o exemplar.



A Classe Operária



Plenária vai coroar Conferência e impulsionar as mudanças

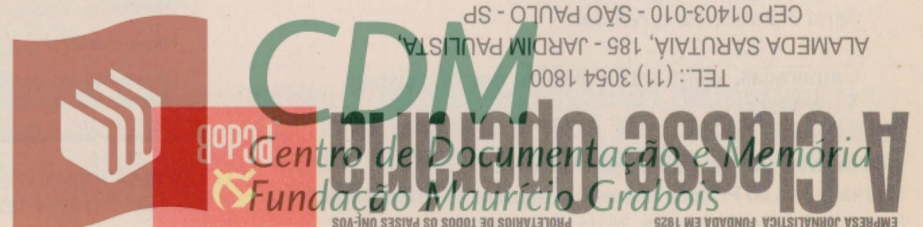
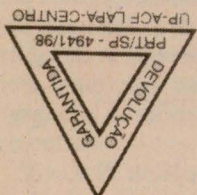
C

Uma nova fase para A Classe Operária

A



Operários com o jornal no 1º de Maio de 1928, no Rio de Janeiro



IMPRESSO

CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP

ALAMEDA SARUTAIA, 185 - JARDIM PAULISTA

TEL.: (11) 3054 1800

CDM

Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925